

SESSÕES DO PLENÁRIO

19ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 26 de março de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADA MARIA DEL CARMEN LULA (1ª SECRETÁRIA)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Jânio Natal, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelo Veiga, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Tom, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó. (60)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Invocando a proteção de Deus declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Jânio Natal comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 25 a 27/2/2019.

Do Deputado Osni Cardoso Lula da Silva comunicando que, por participar de reuniões em Brasília com a Embaixada da Rússia e com a Frente Parlamentar do Meio Ambiente, esteve ausente nas Sessões dos dias 26 e

27/2/2019.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): “*Requerimento Ex.^{mº} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia*

Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar:

O Projeto de Lei nº. 22.974/2018, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o quadro de pessoal da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR.

Sala das Sessões, 26 de março de 2019”.

Mais de 21 assinaturas dos Srs. Deputados.

Está convocada a reunião extraordinária na forma regimental.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pequeno Expediente.
(Oradores inscritos)

Com a palavra o primeiro deputado inscrito Marcell... trocando com a deputada Neusa Cadore, pelo tempo de até 5 minutos. Uma permuta entre o deputado Marcell Moraes e a deputada Neusa Cadore.

A Sr.^a NEUSA LULA CADORE: Sr.^a Presidenta, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, visitantes da Galeria Paulo Jackson, nesta quinta-feira última a Assembleia Legislativa da Bahia fez uma sessão, uma audiência pública itinerante. Foi uma articulação da bancada feminina e da Comissão de Direitos da Mulher. Tive o prazer de ter a companhia da nossa presidente Olívia Santana e da deputada Maria del Carmen. Fomos ao município de Jacobina, aproveitando a agenda do mês de março para debater os temas tão importantes relacionados à luta das mulheres. Quero agradecer ao diretor Igor Domingues, que liberou a *TV Assembleia* para nos acompanhar, ao *Diário Oficial*. E foi um evento bastante significativo.

A Câmara de Jacobina tem 17 cadeiras e tem 15 homens e 2 mulheres. Eu quero cumprimentar o presidente da Câmara de lá, o Juliano Cruz, saudar as duas vereadores, Jane Márcia e Luzinete e agradecer especialmente ao vereador Roni do Junco, que tem um mandato exemplar, mandato muito dedicado tanto a valorizar a participação da comunidade como o cuidado de levar as políticas públicas para atender as várias demandas de um município que está inserido no semiárido com muitos desafios.

Mas aqui gostaria de destacar dois pontos: primeiro que quando a gente chega a uma Câmara, como na maioria dos municípios brasileiros, majoritariamente a gente tem a presença masculina, e dizer a vocês que na última eleição em mais de mil municípios do Brasil nós não elegemos sequer uma mulher para a Câmara de Vereadores. Em outros 2 mil municípios, nós tivemos, deputada Maria del Carmen, apenas uma mulher eleita. Mil municípios sem mulheres e 2 mil municípios, com apenas uma mulher eleita. Esse é um grande desafio que vem para a nossa pauta, quando a gente trata das questões das mulheres.

Eu acredito que nós precisamos conversar sobre isso e devolver aos partidos políticos a responsabilidade de refletir sobre isso. E nós não aceitamos porque temos ouvido... e aqui está chegando a deputada Olívia Santana, que nos acompanhou na audiência pública. Os partidos, comodamente, estão dizendo que nós não temos interesse em participar da política, e não é bem assim. Nós queremos condição, nós queremos cumprimento da lei eleitoral, nós queremos fundo partidário. Nós queremos tempo de propaganda, queremos ocupar os primeiros cargos no Executivo para que a gente também possa ter visibilidade.

Uma outra questão a destacar no município de Jacobina, município de 80 mil habitantes, é a questão da violência contra a mulher. A diferença grande, positiva em Jacobina é que há um enfrentamento, há um movimento de mulheres atuantes. Por conta dessa presença, dessa mobilização das mulheres Jacobina, hoje, se torna referência no enfrentamento. Jacobina tem um centro de referência de atenção à mulher em situação de violência, que no último ano atendeu mais de 700 mulheres. Jacobina tem, desde maio do ano passado – e foi uma indicação do nosso mandato – a Ronda Maria da Penha. E nesse momento mais de 70 mulheres estão sob medida protetiva por conta desse importante serviço que tem lá no município.

Então, eu queria chamar a atenção para os números da violência, que também precisam ser tratados e nós assumimos o compromisso – nós três que estávamos lá na audiência pública – de, atendendo uma reivindicação de Jacobina, solicitar que o governo do estado coloque naquele município, que atende todos os critérios já estabelecidos, que Jacobina possa ter a sua delegacia, a sua DEAM, Delegacia Especializada em Atendimento para as Mulheres.

Ouvimos lá depoimentos dizendo da importância da Ronda, porque hoje a medida protetiva não é apenas um papel que pode ser rasgado. As mulheres em situação de violência têm a prestação de serviço da polícia, que acompanha essas mulheres...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) nas suas casas e acreditamos que dessa forma concretamente está acontecendo um enfrentamento para que a gente, de fato, transforme a cultura machista com medidas, com debate, mas também com ação do estado, firme, para que a gente altere essa situação.

Eu quero encerrar, agradecendo especialmente à deputada Olívia, Presidente da Comissão de Direitos da Mulher, que chegou a esta Casa, com certeza, para fortalecer a nossa bancada. Agradecer a presença de nossa deputada Maria del Carmen, que está na Mesa Diretora e que nos acompanhou. E acho que é muito bom, no interior, onde a presença da mulher é tão pequena, a gente poder levar as nossas deputadas para animar e dizer que é possível, sim, a gente ter mulher na política.

Obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Marcell Moraes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARCELL MORAES: Sr.^a Presidenta, colegas deputados e deputadas, Galerias, imprensa, muito boa tarde. Quero... Eu vim aqui hoje, presidenta, falar sobre um assunto que está acontecendo na Câmara Municipal do Salvador, onde minha irmã, a vereadora Marcelle Moraes, está sendo injustiçada.

Semana passada, faleceu uma líder religiosa, Makota Valdina, com todo o respeito do mundo, e foi pedido um minuto de silêncio na Câmara Municipal do Salvador. Logo em seguida, minha irmã solicitou um minuto de silêncio pela morte de um animal também. E também foi concedido pelo presidente.

A partir daí houve um massacre em cima de Marcelle, achando que intolerância religiosa. Eu venho aqui – respeito muito a nobre deputada Olívia Santana, uma deputada atuante que defende as religiões de matriz africana, talvez como ninguém – dizer que o animal é um ser vivo. O mesmo amor que eu tenho por um ser humano, tenho por um animal. E não vejo diferença alguma. Então, respeito. Poderia ser qualquer um, poderia ser a minha própria mãe, e eu consideraria igual.

Então a mesma intolerância que acusam ter, é a mesma intolerância que estão tendo. Eu acho que é um assunto já debatido. Não creio que as religiões de matriz africana estão por trás. Acredito que são assessores de vereadores que tentam agora uma reeleição. E um vereador – do PSB até – que não sai uma linha falando dele na imprensa toda, mas, quando fala nesse assunto, ele começa a aparecer. Mas sem discriminação nenhuma! E fico muito entristecido, entristecido por causar essa polêmica toda; entristecido por não respeitarem a nossa bandeira dos animais.

Então, para mim, o animal é um ser vivo, que sente dor, frio, fome e medo, choram iguais a nós, seres humanos. E o mesmo amor que eu tenho pelo animal, eu tenho pelo ser humano. E vou pedir... Nunca tinha pedido um minuto de silêncio, não, mas agora em morte de animal, aqui, eu vou pedir também. Eu vou pedir, porque nós sofremos, nós sofremos... e assim como os seres humanos, sofrem os animais.

O que tem que acabar é isso: é querer fazer patacoada em um assunto importante, um assunto polêmico, mas importante, que é a defesa dos animais, que já sofrem inúmeras discriminações o tempo todo. E eu acho que essas pessoas que insistem em massacrar, essas pessoas que insistem, constantemente, em driblar o pronunciamento de minha irmã, a troco... apenas para se aproveitar politicamente, essas pessoas devem ter uma consciência muito pequena e devem não ter coração.

Então eu quero deixar aqui registrado e confirmado que o amor que eu sinto pelo animal, eu sinto pelo ser humano sem diferença! E tem animal que eu gosto muito mais do que alguns seres humanos. Então a líder religiosa, a qual eu respeito, não tem nada a ver. Então as pessoas usaram isso.

E, ontem, na Câmara Municipal do Salvador, – eu tenho um vídeo – chamaram minha irmã de “escrota branca.” É racismo! “Escrota branca.” Então é lastimável isso. É lastimável querer esse “mimimi”, esse eterno politicamente correto. Mas

estamos deixando, de fato, de estar olhando pelo animal, que é um ser vivo, que merece respeito, que merece cuidado, que merece proteção.

Então eu fico muito triste, e não vamos retroceder 1 milímetro da nossa luta em defesa dos animais. Não! Não existe briga com religiões de matriz africana, não existe briga de hipótese alguma. Respeitamos, mas querem fazer um teatro, querem fazer um circo com fins eleitorais. Exatamente porque tem vereadores lá, como eu falei, que não sai uma linha em jornal nenhum. Mas, claro, quando fala nesse assunto começa a aparecer. Só que nós não vamos retroceder. Não tenho que pedir desculpas! Não tenho que pedir desculpas, porque foi em outro momento. Pediram um minuto de silêncio da líder religiosa, e foi respeitado. Logo após a minha irmã pediu um minuto de silêncio pela morte de um hipopótamo, no zoológico de Salvador, visto que está acabado. E, claro, que há essa repercussão toda. E claro, invadiram a Câmara ontem, fizeram uma patacoada. E queria até ter a oportunidade de ver... Tenho certeza que não são as religiões de matriz africana que estão à frente disso. É um grupo de pessoas...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) oportunistas que não defendem nenhum tipo de bandeira.

Então, presidenta, para concluir... Eu ainda tenho tempo? Então essa é a nossa luta, não vamos retroceder. Vamos continuar firmes, fortes, defendendo os animais. E ouçam, em todo canto do mundo: o mesmo amor que eu tenho por um animal eu tenho pelo ser humano, se eu não tenho mais pelos animais.

Então não vou... Se aqui falecer um animal que tenha destaque, vou aqui pedir um minuto de silêncio, sim. Quem se sentir ofendido...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) é que m realmente não está incorporando isso aí.

Então esse é o meu repúdio, essa é a minha posição. E vamos continuar firmes, fortes...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. MARCELL MORAES: Para concluir, presidenta.

Vamos continuar firmes, fortes, contra essas forças opressoras, muitas vezes reacionárias que pensam estar numa ditadura, que querem a todo momento aparecer... exatamente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo.

O Sr. MARCELL MORAES: Então parabéns a minha irmã, vereadora Marcelle Moraes. Continue firme, forte. E, repito, ...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo.

O Sr. MARCELL MORAES: Para concluir, presidenta.

A senhora deu uma tolerância a Neusa. Eu queria só um pouquinho de tolerância, só para fechar a frase.

Para concluir, o mesmo amor que eu tenho pelo animal, eu tenho pelo ser humano, se é que eu não tenho mais pelo ser humano.

Saudações ecológicas, presidenta. Uma boa tarde.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula):- Concedo a palavra ao deputado Adolfo Menezes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Adolfo Menezes: Sr.^a Presidente...

A Sr.^a Olivia Santana: Pela ordem Sr.^a Presidenta.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem, deputada...

O Sr. Marcell Moraes: Pela ordem, presidenta.

A Sr.^a Olívia Santana: Desculpa, deputado, colega. A minha questão...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem da deputada Olívia Santana, Líder do PCdoB.

A Sr.^a Olívia Santana: A minha questão de ordem, Sr.^a Presidenta. Eu fui citada pelo deputado Marcell Moraes por duas vezes na sua fala. E eu quero aqui fazer referência a esse discurso que o deputado fez.

Eu acho uma lástima, lamentável, que com tanta coisa acontecendo neste país, nesta cidade e neste estado a gente ainda tenha que parar para ficar fazendo certos debates que não deveriam acontecer.

As religiões de matriz africana tiveram uma ofensa à memória...

O Sr. Marcell Moraes: Presidenta, ela não pode fazer questão de ordem porque ela não é líder. Ela não é líder, presidenta. Presidenta, por favor, pelo Regimento, ela não é líder. A senhora deu questão de ordem, ela não é líder. A senhora deu questão de ordem no Pequeno Expediente. Regimento é Regimento. Por favor, deputada. Regimento é Regimento. Gostaria que a senhora respeitasse o Regimento aqui desta Casa.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula):- Deputado Marcell...

A Sr.^a Olívia Santana: Qualquer deputado tem direito à questão de ordem. Eu não estou fazendo comunicação inadiável.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Desde que seja líder.

A Sr.^a Olívia Santana: Eu quero concluir o meu raciocínio.

O Sr. Adolfo Menezes: Presidenta, nós temos o Pequeno Expediente que é um tempo restrito. Depois tem tempo suficiente para questão de ordem e outras intervenções, Sr.^a Presidente.

O Sr. Marcell Moraes: A senhora está abrindo um precedente aqui na Casa, presidenta?

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula):- Deputado e deputada, de fato, V. Ex.^a é Líder ...

A Sr.^a Olívia Santana: É um minuto, presidenta. Somente para dizer ao colega deputado que me citou... Eu não fiz nenhuma referência a ele aqui.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputada, por favor, V. Ex.^a está inscrita.

S Sr.^a Olívia Santana: É somente para dizer... Estou inscrita para falar de outro tema, deputada. Não é possível que uma agressão feita pela irmã do deputado Marcell em outro Parlamento, na Câmara de Vereadores de Salvador, foi feita uma agressão à memória de Makota Valdina, o deputado está trazendo essa pauta para cá...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputada... Por favor, deputada, para eu não ter que cortar o seu...

A Sr.^a Olívia Santana: (...) como uma mera provocação!

O Sr. Marcell Moraes: Presidente, pela ordem!

A Sr.^a Olívia Santana: Provocação à mídia!

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputada, por favor!

O Sr. Marcell Moraes: Presidente!

(Os deputados Marcell Moraes e Olívia Santana falam ao mesmo tempo.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Vou pedir para cortar o microfone dos dois.

O Sr. Adolfo Menezes: Sr.^a Presidente, manda cortar o som.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Por favor, corta o microfone dos dois, deputado.

O Sr. Adolfo Menezes: Corta o microfone!

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pronto, acabou!

O Sr. Adolfo Menezes: É o que tem no Regimento.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Volta a palavra para o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES: É, Sr.^a Presidente, tem tempo suficiente, o dia inteiro de votação nesta Casa, para que os deputados respondam.

Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, infelizmente, com 3 meses do governo que a maioria dos brasileiros elegeu para comandar o país... Nós estamos numa democracia, dizem que a democracia é um regime ruim, mas é o melhor de todos. Então, o povo brasileiro, na sua maioria, elegeu o governo do presidente Bolsonaro, que cabe, agora, à maioria rezar. Rezar, orar por esse desastre que se avizinha para este país, que era para estar em outro patamar. E o que nós estamos vendo é uma vergonha para todos nós, brasileiros...

Presidente que esteve, há poucos dias, nos Estados Unidos, beijando a mão do presidente Trump, fazendo o que o presidente Trump queria, sem nada em troca para o nosso país. Um presidente que um filho vereador quer governar da Câmara

Municipal do Rio de Janeiro; o outro deputado, falando como presidente até que o Brasil pode entrar em guerra, como a Venezuela. É uma vergonha total!

E aí começa a bagunça, como nós assistimos, como nós assistimos há poucos dias, um espetáculo...

Sr.^a Presidente! Sr.^a Presidente, tem um orador na tribuna, queria que a senhora pedisse um pouco de silêncio na Casa.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): V. Ex.^a será atendido, deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES: Há poucos dias, nós assistimos...

Não se trata, aqui, de defender o presidente Temer, porque foi presidente da República; não se trata, aqui, de defender o Moreira Franco, que foi governador, foi ministro; se trata de defender a Constituição, porque é a Lei Maior deste país. E uma parte do Judiciário querendo aparecer, querendo promover o espetáculo, fez o que fez. Vergonhosamente, um ex-presidente da República... Que eu gostaria de dizer, mais uma vez, não estou aqui defendendo ninguém, estou defendendo a Constituição que está sendo ultrajada todos os dias por juízes, às vezes, que querem aparecer, como diz na decisão do desembargador. Um cidadão que tem residência fixa, como o presidente Temer, ser abordado no meio da rua com a imprensa avisada com antecedência. Quer dizer, é espetáculo puro. Agentes da Polícia Federal com armamento que eu mesmo nunca tinha visto na mão de ninguém, a não ser num tanque de guerra. Espetáculo puro! Para poucos dias depois, ser liberado por uma instância maior da Justiça. Às vezes, a população, pelas dificuldades que a maioria vive no dia a dia, pelo desemprego avassalador que nós temos no Brasil, quer sangue, quer sangue! Quer que prenda todo mundo, mas sem esquecer que quando se passa por cima da lei... qualquer um, qualquer delegado, qualquer agente está metendo todo mundo na cadeia, porque não acontece nada. É feita a desmoralização e depois nada mais vai limpar a honra ou a imagem do que houve.

Faço questão novamente de dizer que não significa que os políticos sejam diferentes. Todos os que fizerem algo errado têm que pagar, conforme diz a lei. Agora, não é possível que se mande prender, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. ADOLFO MENEZES: (...) como foi o caso do presidente Temer que nem instrução criminal tem. Nem ouvido o cidadão foi! Então, depois do processo legal, quem fizer errado que pague.

Nós vimos aí – para concluir, Sr. Presidente – as manifestações sensatas do governador que é de um partido contrário, que é do PT, do governador Wagner, hoje senador.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Manifestações sensatas, não têm nada a ver com o PMDB, não têm nada a ver com o presidente Temer. Têm a ver em defender a lei e a ordem deste país que está nessa situação lamentável. E cabe a nós todos rezar, rezar para ver se os políticos que são os responsáveis, se o Congresso Nacional apoiam as reformas necessárias. Não se

trata de apoiar o presidente Bolsonaro, se trata de apoiar o Brasil para ver se a gente sai desse patamar vergonhoso de desemprego e de outras coisas em que a gente se encontra.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): Com a palavra o nobre deputado Jacó pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr. Presidente, deputado Tom, colegas deputados e deputadas, colegas da ALBA, da *TV ALBA*, pessoal da imprensa, pessoal da tribuna, o que me traz hoje aqui, nesses 5 minutos são dois assuntos que eu acho de extrema relevância. O primeiro é que o governo do Bozo... Ele não quer só tomar as terras indígenas, ele quer acabar com os índios! Eles querem exterminar os índios!

O governo federal quer passar para os municípios e estados os cuidados da saúde indígena do Brasil. Isso é um verdadeiro retrocesso já que a política de saúde para os indígenas requer cuidados especiais. Essa decisão fere o artigo 169 da OIT, Organização Internacional do Trabalho, fere a Lei Orgânica da Saúde Pública, que estabelece as diretrizes do SUS com a Lei 8.142/90 e a Lei nº 9.836 de 99, que cria o subsistema de atenção básica de saúde.

Como representante dos indígenas do nosso estado, fui cobrado, solicitado do meu líder, o cacique Fred, dos Pataxós de Porto Seguro, e também por representantes e profissionais que atuam na área da saúde indígena do estado da Bahia, como Edson Nery, que é secretário executivo do Condisi; as enfermeiras Larissa Soares, Juliana, Silvany e Itana Soares; a farmacêutica Paula Fabrini; e a nutricionista Iane Karine. Essa turma me procurou pedindo o apoio, deputada Olívia, para que nós pudéssemos denunciar, aqui deste espaço, mais essa atrocidade que o governo federal quer fazer, que é acabar com a Secretaria Nacional de Saúde Indígena, que é responsável por atender essa população e passar para os estados e municípios.

Isso é um retrocesso e nós repudiamos essa atitude, mais uma atitude desastrosa deste governo que odeia a sua população, em especial pobres, pretos, sem-terra, gays, lésbicas, aqueles e aquelas que mais precisam de apoio, de política pública são aqueles que estão sendo perseguidos.

Uma outra notícia que me deixou revoltado hoje, é que o porta-voz da presidência da República, o Sr. Otávio Rêgo Barros, afirmou nessa segunda-feira, minha gente, que o Sr. Presidente determinou ao Ministério da Defesa que se faça comemoração devida, ovacionando, celebrando o golpe militar de 1964. O golpe militar que depôs um presidente eleito, João Goulart, no dia 31 de março de 1964. Um golpe militar que perseguiu seus adversários, calou a boca dos adversários, matando, destruindo as famílias.

Quantas mulheres não tiveram ratos enfiados nas suas vaginas? Quantas mulheres não tomaram choque elétrico nas suas partes íntimas? Quantos homens não foram estuprados? Quantos não foram torturados, deputado Aderbal, com seus filhos

na frente? Quantos filhos, crianças foram colocados na presença de seus pais para ver eles sendo torturados? É isso que nós vamos comemorar? É isso que esse governo propõe à sociedade brasileira? Isso é algo de terrível que merece o nosso repúdio, que merece a nossa indignação. O povo brasileiro precisa de paz, precisa de respeito.

Daqui a uns dias ele vai para a Alemanha saudar Hitler, porque ele foi para o Chile, saudou o ditador do Chile, o Pinochet, que matou milhares de pessoas. Daqui a uns dias ele vai para a Alemanha e vai dizer que Hitler...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) é o cara. Isso é uma vergonha. E eu queria saber como é que está, deputado Aderbal Caldas, a cabeça daqueles e daquelas que votaram num elemento desse que tanto mal está fazendo ao nosso país. E para acabar de inteirar ainda diz que Deus acima de todos. Tira Deus! Respeita Deus! Deus está fora disso! Isso é uma vergonha para o nosso país.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

E Lula livre! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): Com a palavra o deputado Alan Sanches pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES: Boa tarde a todos. Presidente, queria saudar a todos vocês que nos assistem por diversos meios de comunicação.

Depois do deputado Jacó, aqui, inflamado, eu tenho que vim num tom mais ameno. Deputado Jacó, parabéns pelo seu desempenho aqui nesta Casa, tem surpreendido muito, inclusive a mim.

Bem, gente, hoje nós tivemos aqui um debate trazido por mim. Eu propus uma audiência pública para trabalhar e discutir um grande problema que esta Casa até então não tinha discutido, que é o Planserv. Um problema que tem afligido os servidores e as pessoas que utilizam o plano também. São mais de 520 mil vidas que se utilizam do Planserv. E, também, vim discutir a categoria médica, que precisa realmente estar sentada nesse debate, para que a gente chegue à conclusão. Não adianta ficarem de um lado médicos, sindicato dos médicos, Cremeb, diversas sociedades de especialidades médicas, querendo discutir com o governo do estado, e do outro lado os servidores, que precisam ser atendidos, e o governo, que fica silencioso.

Hoje essa Casa foi frontalmente ferida aqui, quando desrespeitada pelo governo do estado na audiência pública. A primeira, a primeira audiência pública a tratar sobre o tema do Planserv, e o governo do estado não encaminhou sequer um representante. Não é com o deputado Alan Sanches que está falhando, não. Ele está desrespeitando a Comissão de Saúde, porque ele não está falando com o deputado Alan Sanches. Ele desrespeita a Comissão de Saúde desta Casa. Ele desrespeita a Assembleia Legislativa, o presidente Nelson Leal, quando sequer, sequer encaminha um representante. Escreve meia dúzia de baboseira num papel e não assina. Não tem

ali quem encaminhou aquele papel para a Comissão de Saúde. Sequer tem assinatura. Bota: coordenador-geral. Quem é?

Existe uma coordenadora, a presidente – eu acho que trata assim –, a presidente do Planserv, que pediu a sua demissão em dezembro, quando foi encaminhado para esta Casa – novembro, dezembro – o pacote de maldades do governador Rui Costa. E, desde então, uma senhora Alessandra já tomava conta daquela presidência. Não tinha sido nomeada, mas já tomava conta da presidência do Planserv. Tanto é que foi nomeada por agora. E a desculpa foi que estava sem coordenação e a coordenação estava assumindo agora. Pelo amor de Deus! Alguma secretaria, alguma instituição, o próprio Planserv, trabalha acéfalo? Não. Tem alguém que responde. Tem alguém que fica interino. Mas, não, na verdade quis fugir do debate, quis fugir dos sindicatos que estavam aqui representados. O Sr. Governador do Estado quis fugir da discussão com os servidores, de discutir com as pessoas que precisam, que utilizam o plano. Ele simplesmente fugiu.

Agora, a falta de respeito – mais uma vez eu digo – não foi comigo, que fui o proponente, foi com a Comissão e com esta Casa que merece, sim, respeito, porque aqui só tem homens e mulheres de bem e que querem fazer o melhor para os seus representados. Eu não tenho dúvida de que, a partir de agora... Eu quero até fazer um parêntese para dizer – eu estou aqui no meu nono ano nesta Casa – que foi a primeira vez que eu participei de uma audiência pública, proposta por mim ou não, que demorou mais de 3 horas e foi encerrada por causa do adiantado da hora. E a Casa cheia, as pessoas interessadas porque é um tema que aflige as pessoas, o plano de saúde.

Se não conseguem – se existe a “regulação da morte” –, não conseguem fazer uma regulação, como é que não vai ter o seu plano de saúde? Então, o apelo que fiz e faço a esta Casa, a esses homens e mulheres valorosos, é que a gente, de uma forma suprapartidária, possa realmente se debruçar, forçar e dizer: “Governador, existe...”

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) um problema. E a gente não pode fingir que não há”.

São mais de 10 especialidades médicas que não estão atendendo aos servidores, às pessoas, aos pacientes que precisam. As pessoas procuram o Planserv, querem marcar uma consulta pelo Planserv, um exame, uma consulta especializada, é para setembro, para outubro. Uma audiometria está demorando um ano para marcar. Vocês imaginem: o médico pede uma audiometria, vai marcar para daqui a um ano, para voltar ao médico...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para mostrar, para começar...

Com a sua tolerância, Sr. Presidente.

Então, eu acho que nós temos de ir para o enfrentamento. Dizer: “O problema existe!”, sentar numa mesa de negociação e dizer o seguinte: “Vamos resolver o problema!” Há um problema e o governador tem realmente fugido.

Quero agradecer a todos os deputados e deputadas que estiveram presentes, que participaram do debate e que têm uma vontade para que a gente possa resolver esse problema enorme que aflige mais de 500 mil vidas diretamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): O deputado José de Arimateia não se encontra aqui no Plenário...

O Sr. José de Arimateia: Estou aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): Então, com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado José de Arimateia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, os 5 minutos não vão dar tempo de eu falar o que eu tenho para falar. Jamais eu poderia estar ausente neste momento que é de direito para eu falar.

Mas, Sr. Presidente, realmente, hoje, nós tivemos um fato triste nesta Casa, lamentável, na Comissão de Saúde. Sou membro da comissão, sou presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde, e a forma como o governo nos tratou... Quando eu digo, não foi só nem a comissão, eu digo a Casa de uma forma geral, deputado Aderbal Fulco Caldas.

Como é que esta Casa manda um convite para um representante do Planserv, e não mandam nem o diretor? Nem um representante do Planserv vem a esta Casa. Nem mandam sequer um funcionário. E o papel que manda, está aqui, “ó”, está aqui, “ó”: uma xerox de um papel. Dados que juridicamente não têm validade. Se não têm validade, então não é verdade o que está aqui. Por quê? Porque o papel não foi assinado.

Está aqui, “ó”: coordenação-geral do Planserv. Isso é uma vergonha! Isso é uma falta de respeito com este Parlamento! Nós, deputados, não podemos aceitar esse tipo de coisa. Engloba todos os 63 deputados. É uma falta de respeito! Nunca se viu! Eu já estou no quarto mandato nesta Casa. Nunca se viu um tratamento desqualificado, irresponsável com esta Casa. Isso é falta de responsabilidade. Isso é falta de compromisso para explicar.

Nós, deputados, estamos cumprindo o dever de fiscalizar. É o que nos foi dado. O povo da Bahia nos deu essa representatividade.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria que ficasse registrado aqui o meu repúdio como presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde e também como membro dessa comissão.

Mas, Sr. Presidente, falando em saúde ainda, eu gostaria de registrar que celebramos, no dia 24, o Dia Mundial da Tuberculose, a doença infecciosa que mais mata no mundo. Causa diariamente 4.500 óbitos em todo o planeta. E o número de 30 mil pessoas acometidas por dia com esta doença nos alarma para a necessidade de uma mobilização tanto do poder público quanto de toda a sociedade.

Sensível a isso, apresentei, aqui, nesta Casa Legislativa, o Projeto de Lei 21.726/2015, que institui a semana de conscientização da tuberculose, a ser celebrada na semana que inclui o dia 24 do mês de março, que ainda se encontra em tramitação nesta Casa. Então, gostaria que os Srs. Deputados pudessem aprovar.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde/OMS, os esforços globais para o combate à doença já salvaram 54 milhões de vidas, desde o ano 2000, reduzindo a mortalidade em 42%. Entre 2006 e 2019, 44.038 pessoas foram curadas na Bahia, sendo que, em 2018, 62 dos casos obtiveram a cura.

Ampliar o acesso à prevenção e ao tratamento, garantir o financiamento sustentável, inclusive para pesquisas, e promover o fim do estigma e da discriminação são alguns dos compromissos assumidos por líderes globais que necessitam...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) ser colocados em prática com urgência e são reforçados pela campanha deste ano.

Portanto, como presidente da Frente, gostaria que os membros da Comissão de Saúde e Saneamento desta Casa...

Aproveito para saudar o Comitê Baiano de Controle da Tuberculose, que tem feito um grande trabalho de promoção da saúde...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) e mobilização social para evitar a epidemia da tuberculose no nosso estado.

E convido a todos que nos assistem, neste momento, a fazerem também a sua parte. Movimentem a sua comunidade e o poder público para a prevenção e o controle da tuberculose.

Era isso que eu gostaria de registrar, Sr. Presidente.

Muito obrigado. Apesar de que eu ainda tinha mais dois assuntos a tratar, mas espero que no decorrer desta sessão, nesta tarde, eu volte à tribuna para concluir o meu raciocínio.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr.^{as}. e Srs. Deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): É sempre engrandecedora a participação de V. Ex.^a, deputado José de Arimateia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): Quero aqui agradecer e informar a visita dos estudantes da Escola Municipal Santa Terezinha, que fica no bairro de Alto da Terezinha. Sejam bem-vindos. (Palmas)

Para falar pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Pastor Tom.

O Sr. PASTOR TOM: Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, imprensa, os jovens, as crianças das Galerias, os demais, eu ouvi atentamente aqui o discurso, deputado Tom, de Coité, do descaso do governo com plano de saúde dos funcionários públicos da Bahia. E vejo isso com muita tristeza, o desdém com o povo baiano.

Em cima disso aí eu quero falar algo. Eu quero relatar algo para os deputados que estão aqui presentes, deputado Diego Coronel – jovem, que tem trabalhado incansavelmente por essa Bahia –, e pedir até ajuda, como aliado do governo do estado, deputado Diego Coronel. Na Bahia foram construídas 51 UPAs. Eu tive a preocupação de imprimir, meu grande deputado Niltinho, e de trazer para esta Casa. E vi ali a cidade de Araci, Bom Jesus da Lapa, Brumado, Camaçari, duas UPAs, Candeias, Capim Grosso, Casa Nova, Conceição do Coité, que nesta Casa é bem representada por dois deputados, aqui neste Poder. E vejo a falta de interesse do governo do estado em dar uma qualidade de vida melhor ao povo da Bahia.

Está aqui, contra fatos não há argumentos. Estou vendo o governo anunciar a construção de UPAs na Bahia. Não pode aproveitar as UPAs que estão prontas e fazer um convênio? E ajudar o povo da Bahia? Tem que faturar na construção, indicando os aliados para construir essas UPAs?

Olha, eu entendo que o governo foi eleito com uma votação esmagadora na Bahia. Ele tem uma oportunidade, nessa legislatura do mesmo, de pontuar com a saúde, porque a saúde da Bahia – eu falo com muita tranquilidade – está uma negação. Eu vou repetir aqui de novo, nesta tribuna. Vou repetir: tenho pedido, solicitado a transferência de um paciente que está em Feira de Santana há 80 dias! Internado, precisando de uma regulação. Aí o secretário vem aqui para a Assembleia dizer que vai tudo bem na Regulação. Só se for a Regulação... Oh, deixa eu calar minha boca para eu não sair do tom, não posso sair do tom.

Mas eu fico indignado com os maus tratos. E aqui eu estou vendo UPAs com investimento de dois milhões, dois milhões e duzentos. Luís Eduardo, Livramento, Juazeiro, Lauro de Freitas, Jacobina, Jaguaquara, Itapetinga, Itamaraju, Itabuna. Haja UPA pronta, viu, meu caro deputado Jacó. Ouvi o discurso do senhor na íntegra aqui, o apelo que o senhor faz ao presidente da República. Mas tenha paciência porque só tem só dois meses na administração, três meses. Tenha paciência! Depois dos seis meses o senhor pode entrar com força, porque a gente está ainda se adaptando. Mas o governo do estado, não. O governo do estado já está aí. Ganhou na primeira legislatura, ganhou na segunda e pode ajudar o povo da Bahia.

Está aqui. As UPAs estão lá dando rato, barata. As UPAs acabaram, viu? As UPAs acabaram. Estão prontas, estão precisando do reforço, da intervenção do estado com as prefeituras locais para ajudar. Eu acho que pode ajudar.

Eu não posso entender que vão virar, que vão perder...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a construção dessas UPAs! Eu não posso entender, porque estão prontas. E vou trazer aqui todos os dias esse assunto. Quando eu puder trazer, eu vou trazer, porque está ali um patrimônio. Foram investidos milhões. Está pronto! Pronto para servir ao povo da minha Bahia! Pronto para servir ao povo da minha Bahia! E não acontece. O povo não está assistido e aí fala que a saúde vai bem, muito bem, muito obrigado.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Meu amigo, deputado Tom, quero concluir minhas palavras. Quero ser regimental aqui nesta tribuna, dizer que posso todas as coisas naquele que me fortalece, que é o Rei dos reis, o Senhor dos senhores, o Leão da tribo de Judá.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): Grande Expediente. Concedida a palavra ao orador inscrito, deputado Rosemberg Pinto, para falar pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa, visitantes, servidores, servidoras.

Hoje a Casa esteve muito movimentada nas comissões, deputado Paulo Rangel. Hoje nós recebemos aqui o secretário Manoel Vitório, que fez a apresentação do último quadrimestre do ano de 2018, que, por atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, veio aqui fazer essa apresentação aos deputados, como costumeiramente faz pessoalmente desde 2013.

E hoje há um reconhecimento de todos os deputados, do equilíbrio econômico, do equilíbrio fiscal por que passa o estado da Bahia.

É lógico que sentimos falta, hoje, nessa apresentação, dos deputados Hildécio Meireles e Luciano Ribeiro, que eram deputados que tinham uma postura extremamente técnica e crítica, positivamente, e que acabaram – com as colocações que eles fizeram nos últimos 4 anos – também ajudando a melhorar sempre a apresentação que faz o governo do estado, através da Secretaria da Fazenda. E nós percebemos o quanto foi cruel a mudança para a aprovação dos empréstimos pelos estados, quando se tirou como prioridade o nível de endividamento – uma vez que a Bahia é o segundo estado com menor endividamento na Nação, perdendo apenas para o estado de Pernambuco –, criando outros critérios que criam obstáculo para que a Bahia possa solicitar empréstimos a instituições financeiras, para atender apelos da sociedade baiana no que diz respeito à infraestrutura, à saúde, à educação. E tomamos como surpresa hoje, no que foi apresentado pelo secretário da Fazenda, que há uma discussão do ministro da Economia de retirar os limites de 25% para a aplicação na educação e o limite de 12% para a aplicação na saúde. Ora, esses limites foram fundamentais para que os estados pudessem garantir uma melhor aplicação dos seus recursos na educação e na saúde. E ainda assim não se consegue atender, na totalidade, a expectativa da sociedade.

Se se retirarem esses limites, deputado Paulo Rangel, sem dúvida alguma, na crise econômica por que passa o país, uma grande parte dos estados que estão hoje sem pagar 13º salário, sem o salário dos servidores atualizados, obviamente migrará esses investimentos para situações como essas. Não que não se tenha que pagar corretamente o 13º e o salário em dia, como faz o governador Rui Costa aqui na Bahia. Mas o que não se pode fazer é diminuir da saúde e da educação.

Então nós precisamos nos manifestar de uma forma unitária, representantes aqui do Governo, da Oposição, para que isso não venha a acontecer. Porque no momento em que acontece a retirada dos limites básicos de aplicação na educação e na saúde, isso pode trazer um retrocesso nesses dois segmentos no país inteiro.

Por outro lado, hoje, o secretário explica para nós... E aqui o deputado Thiago, que esteve representando o Líder da Minoria nessa audiência com o secretário Manoel Vitorino, percebeu a importância de um projeto que está tramitando na Casa – e eu pedi a anuência dos deputados, se nós pudéssemos votá-lo por acordo – que diz respeito a uma pactuação que todos os estados da União estão fazendo sobre a cobrança de ICMS da área de petróleo e gás. Porque havia, deputado Alan, desde que eu estava na Petrobrás, uma divergência em relação às empresas de petróleo e gás e os estados, sobre que ótica deveria fazer o encontro de contas para dar o equilíbrio em relação ao pagamento do ICMS. E isso gerou diversas ações e diversos questionamentos, sejam dos estados em relação às empresas, sejam das empresas em relação aos estados.

E no final do ano passado, depois de diversos encontros entre os secretários de Fazenda e os representantes das empresas de petróleo e gás, se chegou a um denominador comum de que maneira fazer esse encontro, que vai garantir uma ampliação de receita para estados e municípios. Da mesma maneira que vai também garantir o pagamento de um passivo, que aqui para a Bahia é importante, porque esse passivo chega em torno de R\$ 250 milhões, que serão distribuídos entre o estado e os diversos municípios.

Quanto mais rápido votarmos essa matéria, mais rápido, certamente, será a distribuição desses recursos para o estado e para os diversos municípios. Por isso que eu gostaria de pedir aos deputados, tanto do Governo quanto da Oposição, que fizéssemos aqui um acordo para que votássemos isso – tirando, obviamente, o regramento da Casa, por acordo, assinado pela Liderança do Governo e pela Liderança da Oposição, para que a gente possa chegar a esse entendimento, que é bom para a Bahia, é bom para os diversos municípios – sobre o ICMS de petróleo e gás.

O deputado Tiago, inclusive, conversou junto comigo com o secretário da Fazenda e ficou, obviamente, convencido da importância, porque é um recurso que será distribuído para os estados e para os municípios. Não é um projeto apenas da Bahia, é o mesmo projeto que está sendo aprovado em todos os estados, por acordo, porque não se pode fazer um acordo nacional. Esse projeto tem uma regulação própria e iniciativa dos executivos. E é por isso que... É o mesmo projeto distribuído para todas as câmaras legislativas estaduais.

Hoje, nós vamos discutir, aqui, um regulamento da estrutura funcional da nossa instituição CAR, que é uma instituição geradora de desenvolvimento, principalmente para a pequena agricultura familiar e, mesmo na área urbana, para os trabalhadores e trabalhadoras que desenvolvem pequenas atividades.

Esse projeto já foi debatido. Conversei com os deputados também da Oposição, conversei com o deputado Paulo Câmara, mas ele entende que necessita de uma

melhor apreciação e que, certamente, irá pedir vistas, hoje, para que ele possa fazer uma avaliação melhor. E, na próxima semana, poderemos apreciar aqui com um melhor entendimento das partes.

Mas queria me ater às duas audiências também que aconteceram hoje, na Casa. Uma que diz respeito à educação: o subsecretário da Educação do estado da Bahia esteve na Casa para apresentar o plano de ação que pensa a Secretaria da Educação no sentido de melhor atuar, para que a gente possa desenvolver uma pedagogia que dê uma melhor amplitude no conhecimento dos nossos jovens, para que a gente possa formar uma sociedade com uma consciência crítica e que, certamente, a gente possa se orgulhar da Bahia, ampliando os seus índices de conhecimento e fortalecendo essa juventude para que ela possa ter a capacidade também de escolher o caminho que ela quer trilhar. Porque, hoje, nós verificamos que a nossa juventude tem sido uma presa fácil para determinados segmentos que vivem à margem da sociedade e que nós precisamos ter cuidado.

E nós não podemos tratar essa questão apenas pelo olhar da segurança pública. Nós precisamos trabalhar pelo olhar da prevenção. E a única prevenção que eu enxergo, ou os dois caminhos que eu enxergo para prevenir a nossa juventude: primeiro é geração de distribuição e renda; e segundo é através da educação para essa nossa juventude, fazendo com que ela possa, além do seu horário normal dentro da escola, construir atividades extracurriculares que possam garantir que ela se mantenha vinculada à formação e ao conhecimento ao invés de ser presa fácil, principalmente para o tráfico de drogas que cresce substancialmente no Brasil.

E, hoje, o subsecretário esteve lá, fez a apresentação numa audiência aprovada pela Comissão de Educação. Uma outra audiência que nós tivemos hoje, aqui, diz respeito ao Planserv. E aqui quero dizer... O deputado José de Arimateia fez um questionamento sobre a ausência do representante do Planserv.

Eu quero, aqui, dizer aos deputados, aos baianos e às baianas que não foi por vontade de não estar presente ou por orientação do nosso querido governador Rui Costa da representação do Planserv não estar presente. Foi feita uma correspondência a esta Casa falando da impossibilidade da presidenta, da diretora-geral do Planserv de estar presente nesse dia, podendo agendar uma outra oportunidade, mas a audiência era exatamente nesse dia. Mas ainda assim tivemos o cuidado de que todos os nossos parlamentares que tivessem disponibilidade naquele momento de estarem presentes para prestigiar e dar as informações concretas.

Uma nota técnica emitida pelo Planserv, que foi distribuída na comissão para os deputados de Governo e de Oposição, em que o presidente da comissão leu para desmontar um pouco esse debate de que o Planserv está morrendo.... Não é verdade! O Planserv não pode ser tratado dessa maneira. Ele não pode ser adjetivado da maneira como foi hoje na comissão.

O Planserv é um instrumento importante para os servidores públicos. Não é um plano de saúde, porque não pode ser regulado assim, mas atua de uma forma mais prioritária e mais importante do que os planos de saúde, principalmente os planos de saúde de maior destaque no estado brasileiro.

Aqui, deputado Paulo Rangel, o Planserv... Ninguém paga, e ele não amplia os seus valores cobrados aos servidores pelo tempo, pela idade do patrocinado. É pago efetivamente, proporcionalmente pelo valor que o servidor recebe, e isso garante um atendimento a todos os servidores, sendo ele aquele que chega com 18 anos ou aquele que tem 100 anos. Inclusive tem servidor, tem pensionista e aposentado de 100 anos – certo – ainda sendo atendido pelo Planserv pagando os mesmos custos. Se tivesse num plano privado, ...

O Sr. Robinho: V. Ex.^a permite um aparte?

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: (...) certamente estaria pagando algo inadmissível!

Vou dar um aparte, deputado Robinho.

Inclusive, o próprio deputado falou de que havia chegado a uma situação de que teria que pagar o plano de saúde de um determinado familiar que chegou a R\$ 7 mil por mês e que ele, como tem o Planserv, o colocou como dependente. É um plano que, sem dúvida alguma, nós temos que nos orgulhar! Tem problemas e nós precisamos ajustar? É lógico que tem! Numa economia como a nossa que passa por uma crise inimaginável, deputado Fabrício, mas nós precisamos entender que nós não podemos...

O Sr. Robinson Almeida Lula: Um aparte, deputado.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: (...) olhar de costas para o Planserv, temos que olhar de frente e todos, independentemente de governo ou de oposição.

Deputado Robinho, e depois o deputado Robinson.

O Sr. Robinho: Rosemberg, na realidade eu quero contar com a sua influência. E a questão do Planserv aqui, na capital, está funcionando muito bem, agora nos principais polos – eu falo na minha região, o Extremo Sul, a região de Eunápolis, Porto Seguro, Teixeira de Freitas – o Planserv foi deixando a desejar. É um plano que não pode perder a qualidade porque é de uma importância ímpar para o povo baiano. Eu conheço o serviço do Planserv, já utilizei e estou sentindo que está começando a perder qualidade, principalmente no interior, mas no interior que eu falo não é nos pequenos, nas pequenas cidades, nas cidades polos como Teixeira, como Eunápolis, Porto Seguro.

Então conto com você, que tem uma influência muito grande dentro do governo, para que nós não deixemos a qualidade do Planserv cair.

Muito obrigado.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Deputado, Robinson.

Incorporo a palavra do deputado Robinho.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Parabenizar V. Ex.^a pelo seu pronunciamento, em especial ao destaque que faz do Planserv. O Planserv não é só um plano importante para os servidores públicos, o Planserv é um plano importante para a economia da saúde, R\$ 1,5 bilhão são injetados na economia baiana, gerando empregos de enfermeiros, auxiliar de saúde, médicos. Muitos hospitais inclusive, se

não tiver convênio com o Planserv, reduzem drasticamente seus serviços aqui em Salvador. E estima-se que 50% do atendimento da saúde em Salvador advém dos convênios do Planserv.

Então, esse plano é muito importante para aos servidores públicos, para os seus dependentes, para todos os usuários, mas ele é muito importante para a economia baiana, é muito importante para a economia de Salvador. E ele mostra a sua capacidade de ajuste, porque a economia brasileira está aí nos solavancos, não consegue recuperação, e mesmo assim o plano mantém a sua vitalidade e a sua força. E eu parablenizo V. Ex.^a por esse reconhecimento.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: O.k., deputado Robinson. Incorporo o seu pronunciamento, e lhe digo, deputado, Ex.^a se lembra bem, nós somos hoje 524 mil credenciados no Planserv. Desses 150 mil estão acima de 59 anos, alguns chegam a 100 anos, como eu disse aqui. São 150 idosos entre 100 e mais de 100 anos fazem parte desse nosso plano de saúde. Ou seja, então nós não precisamos.... Nós não podemos tratar isso aqui como um instrumento de disputa interna! Nós temos que verificar, deputado Robinho, qual é o problema que pode estar acontecendo no interior do estado para que a gente possa buscar uma solução. E isso é importante que a gente tenha essa informação. Qual é a dificuldade? Às vezes, nós temos dificuldade com o credenciamento; às vezes nós temos credenciamento demais, muita gente querendo credenciar numa área que não comporta a quantidade de clínicas. E isso inviabiliza do ponto de vista do negócio de quem tem uma clínica.

A outra questão que nós precisamos entender é que o Planserv... Eu sei, nós aqui sabemos, quando chegamos aqui, como era o Planserv. E foi a partir, deputado Robinson, de 2008 e 2009 que o Planserv acabou crescendo substancialmente, pela compreensão do nosso governo. E vi o deputado Tom aqui falando dessa questão. Fomos nós, deputado, que melhoramos o Planserv, porque ninguém queria ser credenciado e as pessoas não queriam ser nem beneficiários e nem ter a sua família beneficiária desse plano, que não atendia corretamente ninguém, era apenas um custo para ele. E só, deputado Robinson, não é só um milhão, é um bilhão e meio de reais. Essa é a parte do governo! Ainda tem a parte dos próprios servidores, que é menor, mas é importante na geração de riqueza na economia de saúde do nosso estado.

Então é lógico que é importante. Agora, por trás dessa questão, está uma outra questão, que não pode ser aqui o debate disso. Nós enfrentamos agora uma perversa forma, uma perversa forma de reivindicar melhores condições de pagamento, que é deixar de cumprir o seu papel. E nós enfrentamos agora, recentemente, o serviço de anesthesiologia no estado da Bahia e no Planserv. E muitos servidores pensaram por isso. A forma não é aquela a adequada. Nós temos que encontrar uma forma de buscar a solução da nossa incompatibilidade econômica, mas não é descredenciando ou desqualificando esse plano que é fundamental para os servidores e para a economia baiana.

Eu entendo e vi hoje o representante do setor médico lá, que, no fundo, no fundo, eu gostaria que tivesse também chamando uma audiência pública para discutir os planos de saúde que servem às empresas terceirizadas no estado, porque ali, sim,

há dificuldades que tem o servidor de ter um atendimento. E muitas das vezes o mesmo servidor que trabalha junto com outro servidor em uma dessas nossas instituições, numa dessas nossas secretarias, um que é terceirizado e outro que é trabalhador direto.

Vá perguntar a ele como é o plano de saúde que o atende! Mas eu não vejo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) essa manifestação aqui por parte dos interesses desse segmento, porque por detrás também está uma disputa da sua remuneração, que é legítima, mas que não pode ser na disputa do descredenciamento ou da desqualificação do nosso Planserv.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): Horário das Representações Partidárias. Com o tempo de até 2 minutos, deputado Hilton Coelho, do PSOL.

O Sr. HILTON COELHO: Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, eu quero aqui registrar que não participamos da audiência pública sobre o Planserv, porque estávamos justamente numa audiência pública sobre a educação. Eu como sou membro da Comissão da Educação, não poderia me furtar de participar, lá estavam diversos segmentos.

Foi uma audiência pública muito produtiva no sentido de que as contradições na área de educação afloraram no contexto em que nós temos uma crise escancarada na área da educação, o próprio governador admitiu isso aqui na abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa em que o subsecretário vai apresentar um plano de trabalho por parte do novo corpo político e técnico da secretaria que fica muito evidenciado como a secretaria ainda não está sintonizada, infelizmente, com o conjunto de acúmulo que já deram que poderiam estar informando a superação desse quadro da educação na Bahia, que é de fato lamentável, porque no que se refere ao índice de desenvolvimento básico da educação no ensino médio do Brasil, a Bahia está, simplesmente, na pior colocação.

Então, nós tivemos uma boa audiência, mas eu não poderia deixar de rapidamente, temos ali apenas 30 segundos e me pronunciar em relação a essa questão do Planserv.

Acho que nós temos que, de fato, fazer um debate sério como falou aqui o Líder do Governo: são mais de 500 mil associados no Planserv. É recurso que entra todo mês de maneira certa para sustentar o plano e não vamos aqui tergiversar em relação a baixa qualidade que o Planserv mergulhou no último período, porque o Planserv, de fato, já foi considerado um plano de saúde de ótima qualidade. Esteve entre os melhores, mas, hoje quem está no Planserv sabe, que marcar consultas para as diversas especialidades...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas)

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, com a sua tolerância, apenas 20 segundos, (...) sabe que hoje tem sido uma tortura para os associados do Planserv. E nós precisamos discutir que trajetória levou a isso.

Nós do PSOL estamos levantando documentos, estamos fazendo análises sobre essa situação e quero finalizar dizendo isso: nós não estamos de forma nenhuma satisfeitos com o último arranjo que o governo fez em relação ao Planserv.

Quero dizer ao deputado Robinson, também, que nós não precisamos discutir aqui economia da saúde, deputado Robinson, me perdoe, eu quero respeitar sua trajetória! Economia da saúde não deveria existir, o que nós precisamos é de um sistema único de saúde...

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): Para concluir, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: (...) fortalecido para que a gente venha a abolir, por falta de função social, os planos de saúde, sejam eles privados ou corporativos.

Então, é à luz desse debate, da preservação do interesse da maioria da população que nós, nesse caso dos servidores públicos, servidoras, que nós temos que discutir a situação do nosso Planserv, que é muito grave e nós voltaremos a esta tribuna para debater.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): Para concluir, deputado.

O Sr. Robson Almeida Lula: V. Ex.^a é contra o plano de saúde dos servidores? Os servidores vão para o SUS, é isso?

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): Deputado, V. Ex.^a está falando em nome de quem? De qual partido? Eu não estou entendendo.

O Sr. Robson Almeida Lula: Pedi aparte, desculpa Ex.^a.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): Já encerrou o tempo do deputado.

O Sr. HILTON COELHO: Nós somos a favor da qualidade, deputado Robson, da qualidade do plano.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): Horário das Representações ou Lideranças Partidárias.

Horário do PP. Está indicado aqui para falar, 6 minutos, a deputada Ivana Bastos.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Nós escrevemos aqui Paulo Rangel, tenho até necessidade, gostaria que fosse eu, e deputado Aderbal, eu sou o vice-líder e estava aqui (...)

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): Deputada Ivana, V. Ex.^a permanece ou vai ceder para o deputado?

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Eu até gostaria, estou precisando desse tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): Então, com o tempo de 6 minutos o deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Sr. Presidente, só uma questão de ordem, porque o senhor tem que fazer o chamado para que o líder indique.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): V. Ex.^a deveria indicar, aqui, à Mesa quem vai falar pelo tempo da liderança partidária.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Não, nós indicamos.

Aqui na Casa a indicação sempre foi chamando o Líder do Governo ou o Líder do Bloco ou do partido. Mas tudo bem.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): Deputado, eu não vou polemizar com V. Ex.^a.

V. Ex.^a tem o tempo de 6 minutos, dos 12 minutos da Liderança Partidária do PP, posteriormente o deputado Aderbal Caldas.

O Sr. PAULO RANGEL LULA DA SILVA: Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos que estão nas Galerias Paulo Jackson, companheiros da imprensa.

Subo a esta tribuna, Sr. Presidente, primeiro para informar o que já foi informado, que, lamentavelmente, a minha ex-companheira, com quem convivi por mais de 25 anos e tive 3 filhos, faleceu no dia 16 do mês em curso. Companheira fundadora do Partido dos Trabalhadores; companheira militante e que contou, inclusive, no seu sepultamento, com uma grande fala, tanto religiosa como política, do nosso companheiro Alcides Modesto, primeiro deputado estadual do PT e primeiro, juntamente com Wagner, deputado federal.

Mas subo a esta tribuna também, Sr. Presidente, para que não haja nenhum mal-entendido. Primeiro quero deixar claro que não tenho nada contra os amantes, até porque muitas pessoas, sejam de quaisquer lugares, seja nesta Casa, seja em outros, tenha amantes, seja homem, seja mulher, outros já tiveram e outros vão ter. Não tenho nada contra. Aliás, sou um homem totalmente desprovido de preconceito.

Mas, subo a esta tribuna para explicar também, que tenho 11 anos de separado, e durante essa separação, eu convivi, antes como namorado, e vivi, depois, uma relação de marido e mulher com uma funcionária desta Casa, muito conhecida, que é a nossa companheira Sandra Moreno, taquígrafa desta Casa, e atualmente diretora da Secretaria das Comissões. Faço isso para que não paire nenhuma dúvida sobre o relacionamento sério, respeitoso que tivemos durante todo esse tempo.

Quero aproveitar também aqui, e agradecer todas as condolências que recebi, que meus filhos receberam, a solidariedade de todos, e dizer que é uma pessoa que fará muita falta. Fará falta na nossa convivência familiar, assim como também na nossa convivência partidária, de luta, algo que sempre esteve presente.

Portanto, como falei anteriormente, subo primeiro pela obrigação política de comunicar esse fato, por ser uma pessoa engajada politicamente, ela, já tendo sido, inclusive, dirigente do Sindicato dos Eletricitários da Bahia. E segundo, para dar esse esclarecimento, para que não paire nenhuma dúvida sobre o meu relacionamento, um relacionamento, como falei, que me acrescentou muito, e continua me acrescentando na qualidade de amiga.

Nunca tive nada a esconder! Fiz viagens, frequentei todos os ambientes de Salvador, moramos juntos, mas me achei na obrigação, pelo respeito que tenho a essa pessoa, de subir a esta tribuna, e dar esse esclarecimento. Um esclarecimento que dou...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) sem nenhuma mágoa. Apenas para que as coisas fiquem bastante claras e por ser uma pessoa que vive o mundo da Assembleia Legislativa, inclusive, com muito afinco, para que isso fique registrado nos Anais desta Casa.

Muito obrigado, Sr. presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): Para falar pelo tempo de 6 minutos, deputado Aderbal Fulco Caldas.

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, meus queridos pares, estou vindo a esta tribuna para (Lê) “para pedir a atenção de meus pares para uma oportunidade única que a indústria do nosso estado tem hoje.

Trata-se da utilização do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, localizado na foz do Rio Paraguaçu, município de Maragogipe. estaleiro esse, fruto de um momento de coragem e visão de futuro do nosso ex-governador Jacques Wagner, que com sua dedicação e objetividade apoiado, naquele momento, pelo então secretário da Indústria Naval e Portuária, Dr. Carlos Costa. Ele reuniu todos os esforços, após um trabalho eficiente durante meses, para aprovar o financiamento junto ao Fundo de Marinha Mercante no valor de R\$ 1,8 bilhões, permitindo assim a implantação e sustentação deste moderno equipamento naval, importante para a Bahia e todos os baianos.

Pelas qualidades apresentadas, este estaleiro foi selecionado, com outros três concorrentes de Santa Catarina, Pernambuco e São Paulo, para participar de um projeto capitaneado pela Marinha do Brasil, que envolve a construção de 4 navios tipo Corveta, classe Tamandaré, com investimento previsto de U\$S 1,8 bilhões, representando aproximadamente R\$ 7 bilhões, a geração de 2 mil e quinhentos empregos diretos e 5 mil empregos indiretos. Volto a destacar que este é um momento impar neste ramo de negócios além de grande oportunidade para o povo do nosso estado.

Meus caros colegas deputados, nesse momento devemos nos unir, evitar divergências que privilegiam situação e/ou oposição, fortalecer o poder executivo baiano para que haja uma boa gestão das preliminares do projeto - momento que antecede a licitação acima explanada, usando de todos os recursos à disposição do estado, notadamente, secretarias, procuradorias e todos os órgãos, que possam contribuir com a excelência de um projeto dessa magnitude.

É importante destacar que a imprensa do Sul do País vem divulgando a guerra fiscal que está sendo travada entre os estados de Santa Catarina, Pernambuco e São

Paulo na busca incessante por essa oportunidade. Preocupa o fato de que a Bahia não esteja inserida nessa pauta, mas deve estar preparada para esse grande evento empresarial.

Importante chamar a atenção da FIEB - Federação das Indústrias do Estado da Bahia, para agregar forças no sentido de atingir o sucesso esperado pela população baiana com relação a este negócio.

Finalizando, espero que todos os nossos santos e guias abençoem este projeto favorecendo a construção das 4 corvetas que, produzidas a partir da nossa competência técnica, possam atuar com segurança na proteção do nosso espaço marítimo – Amazônia Azul.”

Assim sendo, meus caros colegas, todos nós vamos dar as mãos, vamos acionar os nossos representantes na Câmara Alta, na Câmara e no Senado, para fazerem um esforço possível, o que estiver aos seus alcances, a fim de que nós possamos ganhar esta competição e que essas naus sejam construídas na Bahia onde vão gerar 2.500 empregos diretos e 5 mil indiretos. Será uma grande conquista para a Bahia.

Portanto, vamos todos, de todos os partidos, acima de qualquer coloração partidária, fazer um esforço possível e acionar nossos representantes em Brasília para juntos, darmos as mãos para conquistarmos este projeto em benefício da Bahia e dos baianos, porque vai gerar emprego e renda. Portanto, será uma grande vitória, uma grande conquista para a Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PSC para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente, indico orador o Ex.^{mo} Sr. Deputado Marcell Moraes para falar pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): E o restante do tempo, deputado?

O Sr. Tiago Correia: O restante do tempo ficará a cargo do deputado estadual Tiago Correia.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): Concedo a palavra ao deputado Marcell Moraes.

O Sr. MARCELL MORAES: Presidente, colegas deputados, retorno a esta tribuna com uma questão muito importante. Acabei de acessar o site “*bahia.ba*”. Lá, tem uma declaração da deputada Olívia Santana no “*bahia.ba*” que diz o seguinte: “Não é possível que o deputado traga questões de outro Parlamento para cá com tanta coisa importante acontecendo na Bahia.”

Deputada, eu obtive 64.219 votos, fui votado em 414 municípios. Minha irmã, com apenas 22 anos, obteve 16 mil votos para vereadora de Salvador. Quero dizer que a minha bandeira é esta, a minha bandeira está aqui.

O Parlamento dá a oportunidade. Eu estou aqui para defender uma classe como representante dos animais. Já que os animais não têm voz e muitas pessoas fecham os olhos para os animais, inclusive o Sr. Governador do estado... Lastimavelmente, o quintal do governador é o zoológico. Não tem! O zoológico está acabado.

E eu faço uma pergunta para os deputados do governo que tanto fecham os olhos para os animais: se o governador não cuida do seu próprio quintal, que é o zoológico, vai cuidar do quintal de quem?

E fico muito triste, deputada, porque este não é um assunto irrelevante não. Se eu estou aqui com os meus 64.219 votos, isso acontece porque as pessoas sabiam, exatamente, o que iria fazer aqui. Eu vou ser a voz dos animais! Doa a quem doer e custe o que custar! Estou aqui para defender a minha bandeira.

Então é assunto importante, sim, tratar dos animais nesta Casa.

Diga-se de passagem, eu sou o único deputado, também reeleito, que não obteve o apoio de nenhum prefeito na Bahia. Isso é sinal de que a sociedade me botou aqui para eu defender o que eu acredito e ser a voz dos animais.

Então eu fico muito triste, sim, de a senhora que já foi vereadora de Salvador, a senhora que é atuante na luta em defesa das mulheres, em defesa das religiões de matriz africana. Fico muito triste.

Então, esta é a minha bandeira de luta. Não vou retroceder. Vou continuar firme. Por mais que os senhores fechem os olhos, por mais que os senhores estejam dando as costas para os animais, por mais que os senhores digam amém ao governador do estado com o descaso relacionado aos animais, aqui, o deputado Marcell Moraes, repito, com 64.219 votos, sem apoio de nenhum prefeito, e votado em 414 cidades da Bahia...

Sabe como é o nome disso, deputada? Trabalho. Sabe como é o nome disso? As pessoas me querem aqui para eu ser a voz dos animais, para não ficarem mudos, mudos, falando amém para o governador o tempo todo.

Os deputados do governo são deputados da bancada do amém, mudos, porque não debatem projetos do governador.

Agora, quanto à minha luta, nem a senhora nem ninguém vai calar esta boca, não! Vou ser a voz dos animais, sim. Já que o Sr. Governador fecha os olhos para os animais, o deputado Marcell os defende, pois obtive 64.219 votos de pessoas que sabiam exatamente o que queriam; 64.219 pessoas que sabiam que eu ia ser a voz dos animais, aqui, querem que eu fale todos os dias, querem que eu fale o descaso que o governador vem fazendo.

Aqui, na Bahia não tem castramóvel estadual. Sabe como é que é feita a campanha de castração pelo interior do estado? Através do deputado Marcell Moraes, porque o seu governador fecha os olhos! Na Bahia, não tem cemitério público para os animais. Os animais estão morrendo e as pessoas estão jogando no lixo, causando doenças, deputada, para nós mesmos. Aqui, na Bahia, não tem um hospital público veterinário, porque o seu governador fecha os olhos para os animais.

Então, eu vou falar aqui sempre! Doa a quem doer, custe o que custar! Esta é minha bandeira de vida e de luta. Então, não desmereça minha causa. Não desmereça, em hipótese alguma, esta minha luta que já tem 18 anos e a sociedade reconheceu. Por isso, quero ser, deputado Tiago Correia, o único deputado reeleito, aqui, nesta Casa, sem apoio de nenhum prefeito. Isso me orgulha. Isso mostra que as pessoas estão tendo consciência e estão votando por ideologia. E não vou retroceder.

E, repito, estou lá com minha irmã na Câmara Municipal do Salvador! O que fizeram com ela, na Câmara Municipal do Salvador, é uma barbaridade! As pessoas, lá, na Câmara Municipal do Salvador, estão horrorizadas. Apenas porque minha irmã pediu um minuto de silêncio pela morte de um animal. O mesmo amor que vocês têm pelas pessoas, eu tenho pelos animais. E se é que eu não tenho mais pelos animais do que pelo ser humano.

Então, esta é a minha luta. É preciso dizer, deputado Tiago Correia, que eu não vou retroceder. E, repito, para deixar gravado, o mesmo amor que vocês têm pelos seres humanos, eu tenho pelos animais, e se é que eu não tenha mais pelos animais, porque esta é minha luta.

Então, fico triste ao fazerem aquela palhaçada na Câmara Municipal do Salvador, ao fazerem um teatro na Câmara Municipal do Salvador, apenas para se promover. Minha irmã e eu vamos pedir 1 minuto de silêncio, sim, em respeito aos animais. E não é por isso que estamos desrespeitando religião “a” nem religião “b”.

Então, esta é a minha luta.

E a senhora e todos aqueles deputados mudos, deputados mudos que falam amém para o governador do estado, respeitem minha luta de 18 anos. E vou falar sempre, com ou sem mandato, e não vou retroceder um milímetro. E vou driblar essas forças opressoras, reacionárias, que pensam estar em uma ditadura e querem calar a minha voz em defesa dos animais.

Respeito aos animais sim e já.

E, repito, o mesmo amor que a senhora tem pelo ser humano, eu tenho pelos animais.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Para concluir, deputado.

O Sr. MARCELL MORAES: Respeite minha luta, porque a minha luta tem 18 anos. E se as pessoas me colocaram aqui é para eu ser a voz dos animais, que sempre foi calada, aqui, nesta Assembleia Legislativa.

Então, vamos falar. A bancada do amém...

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Para concluir, deputado.

O Sr. MARCELL MORAES: Quanto à bancada que fica muda, suba a esta tribuna para defender o governo do estado. Venha defender os projetos, porque nem isso vocês fazem.

Saudações ecológicas, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com a palavra o nobre deputado Tiago Correia pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa tarde, nobres colegas que ocupam hoje este plenário, pessoas que ocupam as Galerias, Sr. Presidente, venho a esta tribuna hoje agradecer a presença do secretário da Fazenda na audiência pública realizada pela Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle desta Casa, onde o secretário apresentou um relatório do terceiro quadrimestre, de 2018, encerrando assim a atividade do governo do mandato anterior, posso dizer, do último ano, do último quadrimestre.

E gostaria de parabenizar o secretário e toda a Secretaria da Fazenda pelo trabalho de excelência que eles vêm realizando no governo do Estado, mostrando que a secretaria tem aumentado de maneira considerável a arrecadação dos recursos, investindo na fiscalização dos contribuintes, investindo nos mecanismos e aprimorando os mecanismos de arrecadação. Porém, algumas ressalvas podem ser feitas a essa apresentação, Sr. Presidente, inclusive, as fiz também durante a apresentação do secretário, mas uma chama a atenção quando o secretário, até contradizendo a colocação nossa, ressaltou a qualidade dos gastos públicos.

Ora, já que o governo do estado aprimora a arrecadação, aprimora os mecanismos de controle sobre os contribuintes, deveria também aprimorar a qualidade da aplicação dos recursos públicos. E digo isso baseado numa nota que o TCE – o Tribunal de Contas do Estado – publicou agora, dia 21 de março, apontando que o estado possui 34 obras paralisadas, não são apenas essas 34. Sendo que essas 34 obras acima de R\$ 1,5 milhão, perfazendo um total de R\$ 307 milhões em recursos públicos arrecadados dos contribuintes, que estão paralisados justamente pela ineficiência do estado, pela ineficiência dos gestores na aplicação. E a maioria dessas obras paralisadas por questões técnicas que vieram a ser conhecidas somente após a licitação. Isso é malversação dos recursos públicos. São recursos que poderiam estar sendo aplicados ou no fim específico para que foram destinadas essas obras, e aqui vou falar um pouco delas, mas poderiam estar sendo aplicados também em outras áreas. Nós vemos diversas áreas do governo sofrendo aí com a falta de investimento, justamente pela limitação da aplicação de recursos. Mas essas obras, Sr. Presidente, são principalmente na infraestrutura, muitas na infraestrutura urbana, obras de urbanização às margens do manancial Ipitanga 3. Houve uma manifestação agora nesse domingo pela implantação de rede de tratamento de esgoto, diversas obras são sobre execução e ampliação de sistemas de esgotamento.

Então, o governo peca ao investir de maneira, eu diria, errada, esse dinheiro, não no objetivo, mas na forma, sendo que essas obras estão paralisadas e é recurso público que poderia estar sendo investido de maneira, eu diria, mais responsável se essas obras estivessem em andamento, obras que o nosso estado tanto precisa. Por exemplo, mais de três frigoríficos para municípios do interior estão paralisados, abatedouros e frigoríficos e os municípios ainda pecam, hoje, por oferecer alimentos de má qualidade, justamente pela incapacidade de um abate que ofereça um produto – deputado Marcell, que defende tanto os animais – que seja satisfatório para o consumo humano.

Gostaria também de dizer que foi ressaltado o PL 23.981, que foi até mencionado pelo deputado Líder da Maioria, Rosemberg, que trata sobre a redução dos valores de multas e infrações, como também da compensação de crédito do ICMS para a indústria do petróleo. E nós, sim, nos comprometemos a conduzir a bancada, analisar esse processo, esse PL, na próxima terça-feira a bancada vai se reunir no sentido de construir uma maioria para que esse projeto tão importante para o estado seja aprovado.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Concedo a palavra ao nobre líder do governo e da Maioria, o Líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de até 12 minutos.

O Sr. Robinson Almeida Lula: O tempo será dividido entre os deputados Adolfo Menezes e Eduardo Alencar.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com a palavra o deputado Eduardo Alencar pelo tempo de 6 minutos, logo após o deputado Adolfo, pelo tempo igual.

O Sr. EDUARDO ALENCAR: Sr. Presidente, Srs. Deputados e deputadas aqui presentes, gostaria de saudar a todos e dizer que hoje subo a esta tribuna para falar de dois assuntos. Primeiro quero desejar aqui parabéns pelos 142 anos de emancipação política da cidade de Itaberaba, hoje, no dia 26 de março. Estive com o governador, na última sexta-feira, no dia 22, quando ele entregou o sistema de esgotamento sanitário, a primeira etapa, na cidade de Itaberaba, onde assinou um convênio para a recuperação do Hospital Regional de Itaberaba, que está sem funcionar há mais de 8 anos. O governador assinou um convênio em parceria com a prefeitura de Itaberaba, o prefeito Ricardo Mascarenhas, um excelente prefeito que vem fazendo um trabalho à frente daquela prefeitura, trazendo qualidade de vida para aquela população.

E, no meu discurso, ao lado do governador eu destaquei uma das obras importantes que ele vem fazendo na saúde, que é a descentralização do sistema de saúde do estado da Bahia. Porque antes nós não tínhamos hospitais no interior que tivessem o suporte, a capacidade de receber pacientes em estado grave. Hoje já existem, como o Hospital da Chapada, o de Jequié, temos o Hospital do Estado, em Ipiaú, enfim, diversas cidades foram premiadas e nelas inaugurados hospitais importantes, trazendo melhoria e qualidade de vida e fazendo com que o paciente não venha do interior para a capital, fazendo um filtro e trazendo para aqui só os pacientes mais graves. Eu considero como médico, trabalhei muitos anos na emergência, as obras mais importantes, que vêm trazer benefícios para o cidadão baiano.

O prefeito de Itaberaba, Ricardo Mascarenhas, que aniversaria hoje... o governador esteve lá na sexta-feira, assinou um convênio para a construção da policlínica da região do Piemonte do Paraguaçu. A cidade de Itaberaba é privilegiada

pela sua localização, pela sua distância de Salvador, fica no meio da Chapada Diamantina, isso vai trazer benefícios para toda aquela população.

O governador, sensível a isso aí, deu essa opção do convênio de R\$ 12 milhões para reconstrução total do Hospital Regional de Itaberaba, porque antes era na Santa Casa, era em um prédio abandonado do governo federal, que a Santa Casa de Misericórdia de Itaberaba tomava conta e hoje é uma propriedade do município de Itaberaba.

E o governador acreditando, apostando no trabalho e na seriedade do prefeito Ricardo Mascarenhas assinou esse convênio que vai trazer muitos benefícios, não só para Itaberaba, para toda a região como Rui Barbosa, Lajedinho, Iaçú, Ipirá, Redenção, Nova Redenção, enfim trazendo melhorias de vida para aquela região. Um hospital que vai ter leitos de UTI, vai ser implantada emergência 24 horas com quase todas as especialidades vai ser importante e definitivo para fazermos um filtro para que os pacientes permaneçam naquela região e não precisem ir sofrendo dentro das ambulâncias para os grandes centros como acontece na maioria das vezes.

Sr. Presidente, eu gostaria de deixar registrado o agradecimento daquela população que gostaria de agradecer ao governador que esteve presente lá com todos nós, dizendo que é uma obra importantíssima para todos nós. E hoje, na Comissão de Saúde, estávamos reunidos para discutir a situação do Planserv. O Planserv não é um convênio de saúde é uma prestação de serviço que o estado oferece ao funcionário do estado. Tem vida longa e tem muitos e muitos anos, é muito forte. Eu tenho 33 anos como médico e sempre atendi pelo Planserv, que já teve altos e baixos, épocas boas, épocas ruins em decorrências das crises que o país sempre passou.

O Brasil é um país que vive uma sequência de crises. É saindo de uma crise e entrando em outra, mas tenha certeza que o Planserv é muito forte, muito mais forte do que todos nós aqui. É mais forte do que todos nós, porque ele atende muitas e muitas vidas e faz um grande trabalho, atendendo muitas e muitas pessoas, salvando vidas e dando condições àquelas pessoas que dependem do Planserv. Claro que existem dificuldades, claro que existe o atraso no atendimento, às vezes as emergências estão cheias. Você vai no Hospital Aliança, vai no São Rafael, sai daqui vai no São Rafael fazer uma consulta você vai esperar no São Rafael que é um hospital particular, é uma Santa Casa que tem convênio com o SUS, tem convênio com quase todas entidades, Sul América, Bradesco Saúde, Planserv, mas se você for lá você vai esperar 10, 20, 30 minutos para ser atendido ou mais, quando vai ser atendido.

Então, eu acho que a demora, a espera existe, tem de melhorar? Tem, mas nós temos de ter a certeza e a convicção de que o Planserv vai ser vitorioso, vai continuar crescendo, desenvolvendo e prestando um excelente serviço as pessoas que vivem com a saúde dependendo do Planserv, que são os servidores estaduais da nossa querida Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com a ausência do deputado Adolfo o vice-Líder aqui, deputado Robinson, usará da palavra pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde a imprensa, quem acompanha a gente pelas galerias, eu queria fazer uma pergunta inusitada a cada um dos presentes desta sessão. O que cada um fez hoje às 9 horas da manhã? Eu particularmente estava no município de Teodoro Sampaio, no assentamento Maria Quitéria, reunido com trabalhadores rurais assentados. Creio que todo mundo estava cumprindo uma agenda, e sabe qual era a agenda, às 9 horas da manhã, do presidente da República, Jair Bolsonaro? Estava no cinema, no cinema, de mãos dada com a primeira dama Michele Bolsonaro. Passou de 9 às 11 horas da manhã, no cinema, em Brasília.

Falado isso, parece uma piada. Terça-feira, dia de trabalho, de trampo, o Brasil com 25 milhões de desempregados, o país na recessão, com dificuldades em todas as áreas, e V. Ex.^a com a madame no cinema, assistindo a uma matinê, como se dizia no passado.

É uma vergonha que este presidente trate o Brasil, a presidência da República, como um bico, porque quem toma dessa atitude é quem faz bico. Ele inclusive devia ter, hoje, descontado do salário dele por descumprimento das suas obrigações trabalhistas. Hoje, ele deveria ter descontado do salário dele.

Eu faço essa reflexão, porque, hoje, eu quero parabenizar, aqui, os deputados filiados ao MDB, ao DEM, ao PR, ao PSD, ao PP. Você está de parabéns, Pedrinho, o seu partido, sabe por quê? Hoje, aconteceu uma independência desses partidos, chamados partidos do Centrão, da orientação do governo.

Esses partidos se reuniram e tomaram a seguinte posição em favor do povo brasileiro, que eu parabenizo agora – concluo, até que o PSL deveria aderir a esse movimento: eles tomaram a decisão, presidente, que o BPC, o Benefício de Prestação Continuada, e a aposentadoria rural são pontos inegociáveis e serão vetados na reforma da Previdência enviada pelo presidente Bolsonaro.

Creio que foi uma medida sensata, muito lúcida, porque não pode botar os pobres brasileiros, que ganham apenas um salário mínimo no fim da sua vida, para ter uma redução e ter vencimentos de R\$ 400. E pegar o homem do campo – como eu estive, hoje, lá no assentamento Maria Quitéria –, que trabalha a vida toda, que começou, hoje, a labuta às 4 e meia da manhã, para prorrogar a idade de aposentadoria para as mulheres para 60 anos e impedir que sejam aposentados.

Porque eu perguntei, lá, quem é que tinha condições de pagar R\$ 75 por mês, durante 20 anos, como propõe o governo, para se aposentar. Todo mundo levantou a mão dizendo que não tinha condições de pagar essa quantia mensal durante 20 anos.

Então, eu quero parabenizar as agremiações partidárias que, em Brasília, tomaram essa posição no dia de hoje.

Quero dizer que além desses dois pontos, outros dois são inegociáveis. A desconstitucionalização da seguridade social é uma afronta às garantias e aos direitos dos trabalhadores e do povo brasileiro.

Colocar essa matéria como matéria para lei ordinária, para que cada governante que chegar mudar ao seu sabor, é vulnerabilizar os direitos dos trabalhadores, e é inadmissível.

Da mesma forma, não pode ser implantado no país esse programa de capitalização da Previdência, substituindo o atual regime, que é o regime contributivista, para o regime de capitalização. Significa, na prática, que isso não vai ser nenhuma previdência, vai ser um seguro desemprego que vão dar aos aposentados por alguns meses e não vão ter nenhuma garantia de sobrevivência. Por isso, eu estou fazendo uma oposição determinada.

Quero saudar os trabalhadores que estiveram, no último dia 23, em todas as cidades pequenas, cidades médias, cidades grandes, mobilizando a população, conscientizando contra essa nefasta reforma da Previdência do presidente Bolsonaro.

Queria também aqui manifestar a minha solidariedade com o povo de Santo Antônio de Jesus, vítima de uma chuva muito intensa no final de semana, que deixou centenas de desabrigados, casas destruídas, inclusive atingindo a própria estrutura física do colégio estadual, colégio territorial da educação profissional, que é o Cetep de Santo Antônio de Jesus. Inclusive, nesse aspecto, já falei com a Secretaria da Educação, que já enviou engenheiros e técnicos para fazer a recuperação desse importante equipamento.

Por último, o deputado Hilton não está aqui mais, porque eu não entendi a provocação dele, e eu queria responder *tête-à-tête*. Acho que ele está contra o Planserv, porque ele está defendendo que não haja investimentos do governo do estado na área de Saúde, via Planserv. Então, ele tem que explicar aos servidores públicos porque ele é contra que o governo do estado fortaleça, apoie a economia da Saúde, fortalecendo o próprio plano dos servidores.

E para registrar, o governo do estado, o plano custa 1 bilhão e meio para os cofres estaduais, e o governo do estado investe 5 bilhões no SUS, na Bahia, mais de três vezes investimentos na área pública através do SUS, e o Planserv é um instrumento importante de proteção do servidor, e um dos planos mais respeitados em todo o país.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PSL/PRB/MDB para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Pedro Tavares: Falará por 5 minutos o deputado Pastor Tom e o restante do tempo, o deputado Capitão Alden.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com a palavra o deputado Tom pelo tempo de até 5 minutos e depois, o Capitão Alden.

O Sr. PASTOR TOM: Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputadas, imprensa, eu uso esta tribuna, neste momento, para falar mais uma vez sobre a saúde do estado da Bahia, e falar especificamente da cidade de Feira de Santana. Inclusive, queria ajuda,

tá, ajuda do deputado Alan, que tem hoje uma amizade profunda com o secretário de Saúde, para que essa amizade possa também nos ajudar, deputado Robson, em Feira de Santana.

Existe paciente esperando fazer uma cirurgia de fêmur há 40 dias. São 40 dias esperando para fazer uma cirurgia de fêmur! Então, eu queria aproveitar, que eu vi aqui, outro dia, o deputado usando esta tribuna e elogiando o secretário da Saúde, aproveitar esse conhecimento do mesmo e que ele venha interceder pelo povo de Feira de Santana, porque o povo está morrendo nas filas dos hospitais.

Agora, uma idosa, ela não pode cair, quebrar um fêmur, porque vai morrer aguardando cirurgia. Vai morrer! Porque 40 dias, 50 dias para poder fazer uma cirurgia de fêmur!? E a gente chega para cobrar, e falam que tem uma fila, e que tem que esperar, e que tem que esperar. Aí, as pessoas vão morrer. Então eu queria aproveitar...

O Sr. Alan Castro:- Um aparte, deputado Tom Araujo.

O Sr. PASTRO TOM: Não. Tom Araujo não! Tom Araujo é o outro, deputado.

O Sr. Alan Castro: Pastor Tom. Um aparte, por favor, pastor.

O Sr. PASTOR TOM: V. Ex.^a tem um aparte sim. O senhor, sendo pudente com o tempo, pois não.

O Sr. Alan Castro:- Pastor Tom, este paciente seu está lá no Clériston Andrade, é?

O Sr. PASTOR TOM: Exatamente. Eu tenho lá umas cinco demandas de cirurgias de fêmur há 40 dias, lá, aguardando cirurgia.

O Sr. Alan Castro: A cirurgia de fêmur, hoje, na regulação do estado, a gente não tem 15 dias de espera. Inclusive, você me passou um para eu olhar. Quanto aos seus pacientes, são pacientes com complicações renais, hipertensos. Sou médico também. A gente interna o paciente para estabilizar o quadro do paciente para, depois, operar. Por isso, os seus pacientes, hoje, não foram operados.

Mas fratura de colo de fêmur, hoje, no estado, não leva 15 dias para regular e para operar. Entendeu? O senhor me passa...

O Sr. PASTOR TOM: Eu vou fazer o seguinte...

O Sr. Alan Castro: Pastor Tom, Pastor Tom, deixa eu terminar o aparte.

O Sr. PASTOR TOM: Eu vou fazer o seguinte. Eu confio na palavra de V. Ex.^a. Eu vou trazer e vou provar para o senhor que tem mais de 30 dias, lá, no Clériston Andrade.

O Sr. Alan Castro: Eu sei. O senhor me passa. São pacientes idosos, hemodinamicamente instáveis. A maioria, que está lá, está com glicemia alta, hipertensão. Então o hospital interna esse idoso, estabiliza o quadro dele, pastor Tom, para, depois, operar. Me passe o nome que, na próxima semana, eu me comprometo aqui a falar em plenário. Vou lhe mostrar que, realmente, esses pacientes não foram operados, porque eles não têm o teto cirúrgico. Primeiro, a gente estabiliza o paciente clinicamente para, depois, operar. Entendeu?

Eu sei porque eu milito na saúde em Feira de Santana. O diretor Pitangueira é odontólogo. Ele é meu amigo e foi meu colega vereador na Câmara Municipal de Salvador. Estou, sempre, em Feira. E esses pacientes não operaram ainda, porque não têm teto cirúrgico. Mas se o paciente tivesse teto, com 8 dias...

O Sr. PASTOR TOM: Estou satisfeito com a defesa de V. Ex.^a.

O Sr. Alan Castro: Deputado Tom, se tivesse estabilizado o paciente, se tivesse um teto cirúrgico com 8 dias, estava operado.

Me passe o nome e eu vou lhe dizer que, realmente, não operou porque o paciente não tem teto cirúrgico.

Obrigado, deputado.

O Sr. PASTOR TOM: Pronto. Estou satisfeito com a defesa do senhor.

Mas eu vou trazer e mostrar que tem paciente que está estável e tem 30 dias, lá, esperando na fila, aguardando cirurgia. Há pacientes não só de fêmur, mas de braço, de perna, enfim. Lá, só faz cirurgias se tiver fratura exposta. Se não for fratura exposta, o governo não faz. Então vou trazer para o senhor essas demandas, para o senhor nos ajudar lá, ajudar o povo de Feira de Santana.

Quero construir as minhas palavras, porque só tem 17 segundos. Quero ser muito regimental nesta Casa. Não quero estar fora do Regimento de maneira e de hipótese alguma.

Mas gostaria de dizer a esta Casa que posso todas as coisas naquele que me fortalece, que é o Rei dos reis, o Senhor dos senhores, o Leão da Tribo de Judá.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com a palavra o Capitão Alden pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu gostaria inicialmente de parabenizar o deputado Sanches pela brilhante audiência do dia de hoje realizada para tratar da questão do Planserv aqui do nosso estado. É de extrema relevância esta temática, até porque, desde o dia que assumi as funções nesta Casa, pouco se comentou, pouco se falou a respeito do Planserv.

Então, esta é uma temática do interesse de todos. São mais de 500 mil servidores que precisam de uma atenção e que precisam ser tratados com dignidade e com respeito. Então, agradeço a participação.

Inclusive hoje, homenagem esse parlamentar pela oportunidade de nós tentarmos entender um pouco do que está acontecendo com o Planserv.

Eu disse, hoje mais cedo, ser necessário se fazer uma auditoria, ser necessário se fazer um amplo levantamento das contas e o que tem ou não sido feito com Planserv, porque, do contrário, não se esclarece para onde estão indo os recursos e de que forma os mesmos estão sendo gastos. Quanto aos recursos, fica-se a criar especulações de que se desviaram recursos, de que se desviaram para aqui e para ali.

Enquanto não se esclarecer para onde estão indo esses recursos, nós ficaremos criando ilações a respeito desta temática.

E a segunda questão que venho a trazer aqui nesta Casa é a situação de uma série de suicídios que têm ocorrido aqui na cidade de Salvador. Não é à toa. Salvador, Bahia, Brasil, hoje, de todas as cidades brasileiras, configura-se na terceira capital em maior número de suicídios no Brasil. Isso tem ocorrido por diversos fatores e diversas razões.

O que venho aqui tratar, primeiramente, a respeito da capacidade do estado e, também, do município no tratamento dessas questões, tanto na prevenção, quanto na pósvenção.

Eu venho trazer aqui uma outra situação gravíssima. Trata-se da questão da ausência de telas de proteção ou redes de proteção nas passarelas, viadutos e pontos elevados na cidade de Salvador e, também, nas demais cidades do nosso estado.

Só para se ter uma ideia, no domingo, nós tivemos, infelizmente, um indivíduo que se projetou ao solo de um dos viadutos no Bonocô. E a infelicidade foi tanta que ele, ainda, foi atropelado por um veículo automotor que passava pelo local. Isso mostra a gravidade e o risco que nós estamos correndo diariamente.

Imagine se um indivíduo resolve se projetar de um viaduto ou de uma passarela e cai em cima de um veículo, em cima de um para-brisa. De repente, desse acidente gera-se outros acidentes provocando engavetamentos, atropelos de pedestres e de outros transeuntes.

Então, a gente precisa, juntamente com município, tratar das questões referentes às passarelas e viadutos no sentido de colocar telas de proteção para garantir a efetiva proteção das pessoas que estão trafegando, transitando naquele local.

Isso já é provado e comprovado. Aliás, há mais de uma centena de relatórios provando isso, ou seja, a existência de telas de proteção, nessas localidades, poderá inibir, pelo menos, naquele local, a que pessoas ou indivíduos, se aproveitando da oportunidade, do momento de instabilidade, possam se projetar naqueles espaços.

Então, mundialmente, isso já está provado: a instalação de telas nesses locais pode evitar a prática desses atos. Claro, não se vai evitar a prática do suicídio em si, pois o indivíduo pode se utilizar de outros meios, seja em sua residência, seja na garagem de sua casa.

Enfim, este é um paliativo. Mas a gente precisa observar que, nas vias, onde há grandes circulação de veículos automotores, pelo menos, naqueles espaços, nós temos que evitar e, obviamente, ampliar a cobertura do estado no sentido de ampliar o tratamento tanto preventivo como “pósventivo” daquelas vítimas que são acometidas desses males. Então vamos atentar para esses casos.

Já foi marcada uma audiência pública para 9 de maio para nós tratarmos e discutirmos aqui nesta Casa, junto com a prefeitura, junto com o governo do estado, medidas para que venha se concretizar a instalação, não somente das telas nesses locais já citados, mas também ampliar a discussão da cobertura desses serviços para a população.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PR/Avante/Podemos/PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, por acordo aqui, nós vamos encerrar as inscrições. Falarão os deputados Zó, Olívia e Marcelino Galo por 5 minutos cada um.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): O.k. Se foi por acordo com as Lideranças, então, com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Zó.

O Sr. ZÓ: Presidente, colegas deputadas, deputados, primeiro, eu quero reforçar a fala de Robinson e a felicidade de não estarmos sozinhos contra o desmonte da Previdência Social.

Agradeço aos companheiros e colegas do MDB, PSDB, PTB, PP, PSD, Solidariedade e de outros partidos que, também hoje, se manifestaram contra aquilo que vai matar os municípios do Sertão baiano, os municípios do Nordeste, que é o ataque ao BPC e à Previdência dos trabalhadores rurais.

Mas, hoje também, eu recebi a Federação dos Bancários da Bahia em Sergipe. Estamos propondo uma audiência pública para tratar do tema, porque o Banco do Nordeste, também, corre risco. Levantamos uma bandeira aqui em relação à defesa da CHESF. Vamos levantar a bandeira, também, em defesa do Banco do Nordeste.

O Banco do Nordeste completou 66 anos de existência durante o ano passado e aplicou 8 bilhões só no estado da Bahia. E há de se dizer que este banco atende, além do Nordeste, outros estados como Espírito Santo, Minas Gerais e outros.

É importante entender que os governadores do Nordeste já colocaram o seu manifesto em defesa das empresas públicas, ressaltando, principalmente, a CHESF e o BNB.

Eu quero salientar que, nesta pauta também, o PSDB, o DEM e outros partidos do Ceará já estão juntos em defesa do Banco do Nordeste. E é preciso entender que esta não é uma pauta nem do PCdoB, nem do PT, nem do PSB, nem dos partidos da esquerda, mas é uma pauta do Nordeste, é uma pauta dos interesses do povo nordestino, pois esse povo, mais uma vez, é atacado por este governo que não gosta de nordestino. Já se disse isso na campanha e têm demonstrado isso nas suas atitudes.

Por isso, a gente precisa fazer esta audiência pública aqui e, mais do que isso, precisa fazer com que esta pauta tome a sociedade e a gente vá até os nossos 3 senadores da Bahia como o Angelo Coronel, o Otto Alencar e o Jacques Wagner e, também, a todos os 39 deputados federais.

Vejam, a gente sabe da importância do Banco do Nordeste nas cidades do interior e em diversas regiões, pois esses têm um grande potencial agrícola. Por isso, o Banco do Nordeste incentiva, faz crédito, fomenta a agricultura. Todos sabem que

essa ação pega prefeitos de todas as correntes políticas, pega cidadãos e cidadãs de todas as correntes políticas.

Por isso, nós propomos esta audiência. Precisamos fazer este debate e, depois, fazer com que este debate irradie por todos os estados do Nordeste, por todos os municípios. Precisamos trazer aqui a UPB, os prefeitos das principais cidades que fazem crédito e fomento com o Banco do Nordeste para a gente poder fazer esta atuação com força.

Durante esses 66 anos, a gente já sabe o que o Banco do Nordeste fez.

Agora, a gente precisa fazer pelo Banco do Nordeste.

Há outra ação que eles querem fazer para camuflar, qual seja, a de incorporar o Banco do Nordeste ao BNDS. Quando o presidente Temer assumiu a Presidência da República, ele golpeou ao aumentar as taxas de juros para, até, 2%; e isso fez parecer um banco privado. Este banco é de fomento para subsidiar e implementar investimentos. Eles aumentaram a taxa de juros! Agora, querem privatizar. Se não conseguirem privatizar, vão fazer essa articulação para incorporar o Banco do Nordeste ao BNDS e matar, definitivamente, aquilo que é o principal vetor de negócios, principalmente, para os pequenos do Nordeste que é o Banco do Nordeste.

Por isso, eu queria agradecer à Federação por esta luta. Mas esta luta não é só da Federação, não é só Sindicato dos Bancários, não é só do Banco do Nordeste. Esta é uma luta da sociedade baiana e uma luta da Assembleia Legislativa da Bahia.

Por isso, conclamo todos os partidos, sejam eles da Situação ou da Oposição, para defender a bandeira que é da Bahia, que é do Nordeste e que é do Brasil. O Banco do Nordeste bem como a CHESF não podem ser privatizados.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com a palavra a deputada Olívia Santana pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e colegas deputadas, o que me traz, neste momento, a esta tribuna é o fato de o governo federal, mais uma vez, promover ataques múltiplos e sistemáticos contra a educação do nosso país. Na verdade, o Ministério da Educação já se transformou num ministério da deseducação e da desconstrução do que foi conquistado, as duras penas, com muitas lutas, pelo povo brasileiro. Esta é, lamentavelmente, a situação em que nós nos encontramos.

Aqui, eu quero me solidarizar ao dizer que, na próxima semana, nós vamos receber o Kanru Pataxó, o nosso Cacique Aruan, Kandara Pataxó.

Esta comissão está ao lado das outras nações indígenas e ao lado dos indígenas. Hoje, em Brasília, estão lutando contra a decisão absurda que afeta não só as políticas, mas afeta a educação indígena ao desconstruir a educação indígena. Há, também, a decisão do governo federal de acabar com a Secretaria Especial de Saúde Indígena e a política nacional de atenção à saúde dos povos indígenas.

Eu quero lembrar que a Bahia tem 29 municípios, repito, 29 municípios com aldeias indígenas, grupos indígenas articulados, desenvolvidos, que serão afetados, de forma imediata, com esta política nefasta que o governo de Bolsonaro vem implementando em nosso país.

Quero dizer ao Sr. Presidente, a esta Mesa e a esta Casa que é muito importante estarmos atentas e atentos para o fato de que o Ministério da Educação vem assumindo uma pauta que não apresenta, absolutamente, nenhuma política para o desenvolvimento da educação brasileira. A pauta que o ministro Ricardo Vélez está envolvido até hoje, apresenta ao Brasil, é a pauta de demissões, cortes, desconstrução. Ele não consegue apresentar nada ao país. É um ministro reacionário, retrógrado. Este é um governo que não tem nada que a gente possa aproveitar.

Penso que até as pessoas que votaram e que não podem dizer que Bolsonaro enganou ninguém, porque ele fez campanha sem projeto, sem programa, sem apresentar nenhuma política que prestasse ao povo brasileiro. Ele fez campanha atacando a cidadania. E esse cara se elegeu desse jeito. Hoje, o povo inteiro, quem votou e quem não votou, arca com as consequências, deputado Robinson, deste governo nefasto.

Fecho este ponto para fazer aqui a minha saudação aos 25 anos do Cedeba, que é um importante centro de atendimento a pessoas com problemas endocrinológicos e com problemas de diabetes. Esse centro é liderado pela nossa grande endocrinologista, Dr.^a Reine, uma das maiores deste estado e deste país que, ontem, celebrou os 25 anos do Cedeba. Eu faço este registro aqui.

Quero finalizar a minha fala, neste 1 minuto que me resta, para dizer que eu não vou ficar aqui mordendo a isca, apresentada a provocação feita pelo deputado Marcell Moraes. Eu acho lamentável, acho um absurdo que um deputado eleito, que ocupa uma cadeira importante nesta Casa, use o seu tempo para ficar fazendo provocação baixa, desrespeitando a memória de uma grande liderança como é a liderança da Makota Valdina Pinto.

Penso que tanto a vereadora Marcelle Moraes como o deputado Marcell Moraes podem fazer a defesa dos animais, fazer toda a sua retórica de defesa dos animais, ter uma prática política decente de defender os animais. No entanto, isso não precisa implicar em desrespeitar as pessoas, a pessoa humana.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Concluindo.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: E o que a gente viu aqui é um deputado querendo se promover, como foi a vereadora que pediu 1 minuto de silêncio imediatamente após 1 minuto de silêncio dado em memória da Makota Valdina Pinto, na tentativa de criar uma polêmica vã, absolutamente desnecessária...

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Para concluir, deputada.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) com o exclusivo caráter de fazer provocação.

Quanto a Makota Valdina Pinto, a única coisa que nós podemos fazer por ela hoje é respeitar a sua memória e o seu legado. Eu gostaria de pedir este respeito. Todos os deputados aqui fazem isso. Eu gostaria de, portanto, pedir ao deputado

Marcell Moraes que se inscreva entre esses deputados que respeitam a memória da Makota Valdina, independente da sua religião ou das suas crenças ou dos seus valores.

É somente isso, deputado.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com a palavra o deputado Marcelino Galo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Sr. Presidente em exercício, deputado Fabrício, nobres deputados e nobres deputadas, senhores que nos veem das Galeria, imprensa e *TV Assembleia*, hoje, 26 de março se comemora o Dia do Cacau. E não é só por ser o Dia do Cacau, é justamente para possibilitar que a gente possa discutir, enquanto este estado é o quinto produtor do mundo, saídas para uma cultura que permanece em crise, pois, ali, há a incapacidade das elites regionais de darem solução a uma cadeia produtiva fundamental.

Então, discutir o cacau sob o ponto de vista da agricultura familiar, sob o ponto de vista dos assentamentos da reforma agrária que foram estabelecidos nessa região e que lidam com esta cultura, uma cultura das mais belas. Não é à toa que se chama '*theobroma cacao*' que significa o 'alimento dos deuses', um dos melhores alimentos do mundo e um dos mais nutritivos alimentos do mundo ao conter flavonoides que são antioxidantes, rejuvenesce e com um paladar inigualável.

Então nós temos de resolver o problema da cadeia produtiva ao optar, de forma determinada, pela conservação produtiva.

Então, quanto ao cacau na cabruca, sistema cacau-cabruca produzido, já foram feitas várias experiências orientadas por expertises científicas e suas linhas.

Hoje, voltamos a adotar aquilo que os originários já faziam ao estabelecer esta cultura, ou seja, cultivar o cacau como mata secundária na mata atlântica, o que possibilitou a preservação de milhares de hectares de floresta preservando água, possibilitando a vida não só de pequenos agricultores como também dos povos como os indígenas e como os quilombolas que ali se estabeleceram como povos da mata. E ali vivem numa cultura que possibilita.

Então a regeneração do cacau é fundamental no sentido de que a gente possa preservar o que ainda existe de mata atlântica em nosso estado de forma produtiva e, ali, conservando o que nós temos de nossos mananciais e recursos hídricos fundamentais e belos daquela região.

Aqui nesta Casa, está tramitando um projeto que transforma em patrimônio natural e cultural o cacau cultivado na cabruca.

Então eu faço aqui esse debate, porque é importante que a gente discuta de forma mais profunda para sair do lenga-lenga de que é preciso somente dar anistia a créditos, créditos esses devidos por uma minoria, justamente a minoria dos mais ricos, e partir para uma estratégia de desenvolvimento regional que tenha como

fundamental a regeneração desse cultivo para a gente preservar a natureza naquela região.

Hoje é um dia importante, o Dia do Cacau, o dia de se debater, de se discutir, mas em apenas 5 minutos é impossível fazer um debate necessário que envolva a Assembleia Legislativa, que tem essa responsabilidade de discutir todas as cadeias produtivas do nosso estado e principalmente essa que envolve milhares de homens e mulheres que vivem dessa cultura.

Então, aqui, hoje, rememorando, celebrando um dia importante dessa cultura que ajudou tanto no desenvolvimento do nosso estado, somos o quinto produtor do mundo, quando já fomos o primeiro.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Por comum acordo, restam falar o deputado José de Arimateia por 5 minutos e a deputada Fabíola Mansur por 5 minutos. E iremos para a Ordem do Dia.

O Sr. José de Arimateia: Quem vai falar agora?

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): O senhor, deputado, pelo tempo de 5 minutos. Depois, a deputada Fabíola Mansur.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente em exercício, deputado Fabrício, eu venho mais uma vez a esta tribuna, primeiro para fazer um convite aos Srs. Deputados, porque amanhã, dia 27, nós teremos uma audiência pública na Comissão de Meio Ambiente com a presença do DNOCS.

O DNOCS é responsável pelo gerenciamento de quatro barragens que estão em alerta. A Barragem de Araci, Luís Vieira, Tábua II e Pinhões. Então o DNOCS amanhã vai estar nesta Casa. Por quê? Porque o nosso vice-presidente, o deputado Marcelino Galo, por sugestão, pediu que, antes de nós visitarmos as barragens, ouvíssemos a parte técnica.

á estivemos na RS1, RS2, lá em Camaçari, que o próprio Inema é responsável pela fiscalização e nós vamos agora visitar essas quatro barragens, em data a marcar.

Então amanhã teremos uma audiência pública com a presença do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, o DNOCS, e no dia 28, pela manhã, a Comissão de Meio Ambiente estará visitando a Barragem de Apertado, localizada no município de São Gonçalo, às 9 da manhã, na quinta-feira.

Então, esse convite está aberto para os deputados tanto da Frente das Barragens, deputado Eduardo Alencar, como, também, o presidente da Comissão de Infraestrutura desta Casa. Na próxima quinta-feira estaremos visitando.

Mas, Sr. Presidente, eu apresentei hoje nesta Casa uma moção. Ontem, dia 25 foi uma data especial para a saúde lá da minha querida princesa do sertão, Feira de Santana.

(Lê) “Inclusive para os feirenses de coração, como eu, pois comemoramos com enorme gratidão a passagem dos 160 anos de fundação da Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana, importante entidade filantrópica e mantenedora do Hospital Dom Pedro de Alcântara (HDPA).

Inaugurada em 1859, sob a liderança do juiz Luís Antônio Pereira Franco, a Santa Casa sempre permaneceu de portas abertas à população, especialmente a mais carente. É, hoje em dia, a mais tradicional e importante instituição filantrópica da Princesa do Sertão. Nos últimos anos, a unidade de saúde cresceu e especializou-se em três importantes áreas da saúde: cardiologia, oncologia e transplante renal, que se tornaram referência no atendimento de saúde para a macrorregião centro-leste da Bahia, que compreende 72 municípios.

Apesar de todas as dificuldades de suprimento financeiro comuns a instituições filantrópicas, a Santa Casa conseguiu vencer obstáculos e foi se modernizando ao longo do tempo. Hoje, o Hospital Dom Pedro de Alcântara oferece equipamentos de última geração e realiza anualmente 500 mil procedimentos, entre cirurgias gerais, cardíacas, renais, radioterapia, quimioterapia, consultas e exames de imagem e laboratoriais.

O atendimento ao paciente oncológico é feito em espaço exclusivo e com uma equipe capacitada para tratamento de excelência do câncer.”

Sr. Presidente, como meu teyempo já está indo embora, gostaria que registrasse nos Anais desta Casa, o restante da Moção...

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Para concluir...

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: (...) e gostaria que “desse ciência desta Moção de Congratulação e Aplausos à Santa Casa de Misericórdia e ao Hospital Dom Pedro de Alcântara na pessoa de sua diretora geral, Sandra Peggy.

Sala das Sessões, 26 de março de 2019.

Deputado José de Arimateia.”

Então, parabéns à Santa Casa de Feira Santana e ao Hospital Dom Pedro de Alcântara que completa 160 anos.

Muito obrigado, excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Um abraço!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com a palavra a deputada Fabíola Mansur pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente, gostaria de agradecer a possibilidade da fala neste dia importante ao Líder do governo, deputado Rosemberg e ao Líder da Oposição, deputado Alan Sanches.

Hoje venho aqui de roxo, porque dia 26 é o dia em que se comemora o Dia Internacional de Conscientização Sobre a Epilepsia. Epilepsia é uma doença neurológica que afeta mais de 50 milhões de pessoas no mundo todo, com 3 milhões de casos no Brasil e 200 mil novos casos a cada ano. Todos conhecem a epilepsia,

uma alteração neurológica causada por descargas elétricas excessivas que causam convulsões e que se não tratadas podem levar à morte súbita.

O que nos traz aqui é, representando a Frente Interestadual Parlamentar em Defesa da Pessoa com Epilepsia, neste dia 26 de março, dia roxo, representando essa Frente, deputado Robinson, fazer também uma defesa de políticas públicas para a pessoa com epilepsia, deputada Maria del Carmen. Aqui já há projetos, um deles de autoria do deputado Alan Sanches, outro, se não me engano, do deputado José de Arimateia. Mas no dia de hoje conchamar a todos os deputados para que façamos uma discussão temática da campanha deste ano que é o uso de canabidiol medicinal em pacientes refratários ao tratamento.

Deputado Alan Castro, nós sabemos que 70% dos casos da doença são tratados, seja ela adquirida por infecções e traumatismos, seja ela genética, mas uma parte significativa de pacientes que têm convulsões de até 80 vezes ao dia não têm respondido a tratamento. A Anvisa... e no mundo todo já há o uso de canabidiol medicinal, que não tem nenhum efeito psicoativo e é um uso compassivo com grandes resultados, tanto reconhecidos pelas sociedades de neurologia, de psiquiatria, não só aqui como no mundo todo.

O canabidiol medicinal pode ser importado segundo regras da Anvisa e segundo a resolução do Conselho Federal de Medicina que aprova o uso compassivo para casos refratários em epilepsia, prioritariamente, mas também em outras patologias como transtorno de espectro autista, como oncologia e em alguns casos psiquiátricos. Na epilepsia já há amplos trabalhos e desde que reconhecidas, deputado José de Arimateia, as bases médicas de sua prescrição.

Medicamentos à base de canabidiol medicinal podem e são importados para uso de pacientes no Brasil. No entanto, no SUS, muitos pacientes ainda sofrem não só com a discriminação, aliás, quero dizer que a Frente Interestadual, promovida também pela Unale, União de Legislativos e Legisladores, a qual represento aqui na Bahia e tem sua vice-presidente a deputada Ivana Bastos, promove em todas as assembleias legislativas, no dia 26, um grande debate sobre epilepsia vivendo sem preconceito. Uma doença já estigmatizada que tem o segundo estigma nos casos onde famílias, como é a família de Anne Fischer, Norberto e Katiele que precisaram rodar o Brasil inteiro para conseguir importar o medicamento.

O que nós queremos, aqui, com apoio das famílias que sofrem com o preconceito, que sofrem sem tratamento, que sofrem com alguns casos refratários é fazer uma grande audiência pública para debater a disponibilidade do canabidiol na Bahia, no SUS, para esses pacientes refratários.

Por isso, deputado Robson, colocamos, uma indicação ao governo do Estado, através do secretário Fábio, para que a gente normatize esse uso de canabidiol medicinal já para sua oferta e disponibilize ao paciente que não tem condição efetiva de importar esse medicamento. Isso já é lei em Brasília.

Quero saudar aqui o presidente da Frente...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) deputado Delmasso, deputado de Brasília. Quero dizer que hoje para a epilepsia, no dia 26 de março, o que nós propomos é não só a discussão sobre a política pública para o paciente, para a pessoa que vive com epilepsia, como discutir também de forma clara, de forma transparente, de forma não preconceituosa, o uso de canabidiol. Canabidiol que é um derivado da maconha...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) mas que não tem seu princípio ativo. Precisamos combater o preconceito, deputado Alan, e debater isso numa audiência pública e tentar a sua disponibilização no Sistema Único de Saúde. Temos várias associações aqui, como a Cannab, que nos procurou...

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Para concluir.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Já concluindo, presidente, com a sua tolerância. Vários pacientes com transtorno de autismo, cuja data será comemorada agora no início de abril. Precisamos debater esses temas aqui, de forma sem preconceito, de forma a contemplar aqueles que não têm direito e que precisam, pois têm tratamentos refratários, como vários pacientes com 80 convulsões/dia.

Precisamos nos aliar a esses familiares e disponibilizar esse uso no SUS.

Obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Último orador inscrito, deputado Alan Castro, pelo tempo de até 3 minutos.

O Sr. ALAN CASTRO: Amigo deputado Alan Sanches, Pastor Tom, que não está aqui presente, a questão de Feira de Santana... eu que milito como médico em Feira de Santana... o deputado Tom falou aqui sobre a questão de fratura do fêmur.

Antigamente, Alan Sanches, o estado fazia as fraturas expostas de fêmur e a prefeitura fazia as fraturas fechadas, que são aquelas de idosos que caem, quebram a perna, quebram o fêmur, e precisam operar de forma eletiva. Mas, em Feira eu tenho a informação que a secretária da Saúde Denise Mascarenhas, que era da gestão de Zé Ronaldo, e se manteve hoje na gestão de Colbert Martins, cortou 20% dos contratos com o HTO, porque, quem operava lá era o ortopedista e amigo meu, Dr. Fernando Rocha. Então, o HTO hoje, não opera fratura fechada de fêmur, gerando realmente esse descontrole e o excesso de pacientes que estão sendo absorvidos pelo governo do estado.

Além disso, hoje em Feira, a gente tem, José de Arimateia, que não está aqui, uma baixa cobertura do PSF, as UBS, Unidades Básicas de Saúde. O que é que gera fratura de fêmur no idoso? É a falta de prevenção. Se a gente não tem UBS para que o médico lá, o clínico generalista, peça o exame da densitometria óssea que diagnostica a fragilidade do fêmur, na coluna... a osteoporose, na verdade, é uma perda, ao longo dos anos, de calcificação no fêmur e na coluna lombar.

Aí gera a falta de tratamento do idoso, principalmente mulheres menopausadas e homens, a maioria acima de 65 anos de idade, gera uma fragilidade no colo do

fêmur e na coluna lombar, e qualquer queda mínima no banheiro, tomando banho, o idoso fratura o fêmur.

Então precisamos melhorar as políticas de atenção básica, melhorar o índice de unidades básicas de saúde. A cobertura, aqui, em Salvador, hoje, é 50% quase, em Feira de Santana, está no mesmo. E o que indica o Ministério da Saúde é uma cobertura mínima de 70% nos nossos PSFs, que hoje são nossas unidades básicas de saúde, justamente para tratarmos esse idoso na fonte, não esperar que os ossos dos idosos fiquem frágeis e eles os fraturem em qualquer queda.

Parabenizar também... ontem, dia 25 de março, foram os 40 anos do Roberto Santos, eu estive presente lá na sessão especial com a deputada Fabíola e a maioria dos membros da Comissão de Saúde. Uma pena, senti a falta do deputado Alan Sanches para ver o novo Roberto Santos. Eu realmente fiquei muito feliz. O Roberto Santos, hoje, com 609 leitos, mais leitos de UTI, ampliação do centro cirúrgico, ampliação da UTI neonatal. Realmente foi um compromisso firmado com o governo do estado, em 2015, promessa do nosso governador Rui Costa, que cumpriu o papel com o Roberto Santos.

Inclusive teve a presença do nosso Dr. Roberto Santos, que está hoje com 92 anos de idade, que é médico também, pesquisador e vivo, ainda com saúde, participou da sessão. Então, para mim, foi gratificante. Eu que fui residente do Roberto Santos, ver aquele hospital que há 40 anos começava de forma embrionária, está hoje esse mundo. Hoje é o maior hospital do Norte e Nordeste nas questões de média e alta complexidade.

Parabenizar também o governador Rui Costa pela indicação do nosso secretário Fábio Vilas-Boas, que aniversariou ontem. Realmente a saúde nesses 4 anos do governo Rui Costa teve um grande avanço. Estamos agora com o projeto de descentralizar a oncologia. Eu que sou lá de Cachoeira, minha avó Lígia teve câncer de mama e vinha aqui para o Aristides Maltez fazer o tratamento oncológico e voltava realmente vomitando, porque a quimioterapia dá muito enjoo.

O governador Rui Costa, com o secretário Fábio Vilas-Boas, com sua sensibilidade, vai criar quatro novos centros de oncologia. E, em breve, nosso povo sofrido do interior não vai precisar vir para Salvador e voltar vomitando, nesses carros que os prefeitos disponibilizam para vir para o Aristides Maltez, vai ter perto da sua residência o tratamento oncológico. É um grande avanço. Parabéns ao secretário Vilas-Boas pelo seu aniversário e por essa grande notícia. Vamos descentralizar o tratamento oncológico na Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Ordem do Dia.

Matéria em regime ordinário, em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 22.974/2018, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR. Faltam os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Designo para relatar a deputada Fabíola Mansur.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com a palavra a deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, Educação e Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle ao Projeto de Lei nº 22.974/2018, de autoria do Poder Executivo, o qual dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR.

A proposição que passo a relatar, de autoria do Poder Executivo, aprimora a organização do corpo e servidores da CAR, empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, segundo registra o Sr. Governador na mensagem que foi encaminhada a esta Assembleia, ressaltando as alterações almejadas que trarão maior segurança jurídica ao regulamentar especificamente o quadro de pessoal desse ente da administração indireta.

O projeto é legal, é constitucional. E, portanto, encaminhamos o parecer pela sua aprovação.

É o parecer, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Tiago Correia: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Questão de ordem do deputado Tiago Correia.

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente, invocando o artigo 81, eu solicito o pedido de vista pelo prazo regimental do projeto 22.974/2018.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Deferido, deputado.

Com isso aí, não tendo mais nada a votar, declaro encerrada a presente sessão.

Boa tarde, boa noite a todos e todas Sr.^{as} e Sr.s Deputados.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.